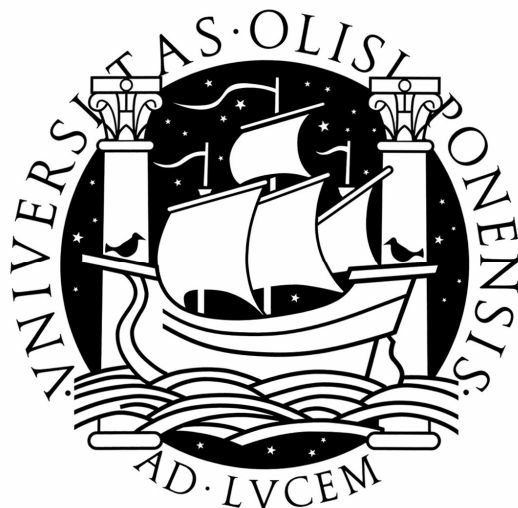


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO



**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O APOIO À
INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS:**

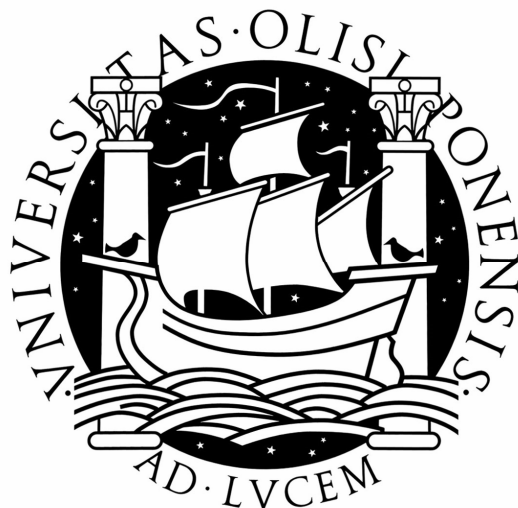
O PAPEL DAS ECAS

Vânia Corado Rodrigues

MESTRADO EM POLÍTICAS EUROPEIAS

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS:

O PAPEL DAS ECAS

Vânia Corado Rodrigues

MESTRADO EM POLÍTICAS EUROPEIAS

Dissertação orientada pela
Prof. Doutora Teresa Alves

2010

RESUMO

As Agências de Crédito à Exportação (ECAs) são um elemento de grande utilidade no seio do sistema financeiro internacional, sendo este facto constatável através da existência de pelo menos uma ECA em quase todos os países mais desenvolvidos.

As ECAs contribuem para o desenvolvimento económico e social ao apoiarem as exportações nacionais, com garantia do Estado, impulsionando o potencial exportador das empresas, colmatando as imperfeições dos mercados financeiros ao apoiarem operações que têm como destino países considerados de risco, e concedendo assistência a médio e a longo-prazo contrariamente ao que acontece relativamente às tradicionais agências de crédito.

No que respeita à actividade das ECAs é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a entidade responsável pela sua regulamentação internacional, tendo como objectivo a harmonização das políticas de apoio oficial aos créditos à exportação, no seio dos países Membros.

Também a Comunidade Europeia desempenha um papel de relativa importância no âmbito da harmonização das políticas de apoio aos créditos à exportação, estando isto patente através da Directiva 98/29/EC, que se baseia nas disposições da OCDE.

Apesar dos documentos divulgados pela OCDE como a *Informação sobre os Projectos de Categoria A e de Categoria B Expostos em 2007* e a *Análise da Reacção dos Estados-Membros à Revisão sobre o Ambiente e os Créditos à Exportação com Apoio Oficial*, que indicam que as normas recomendadas pela OCDE têm sido consideradas, a realidade revela-se um pouco diferente. Devido a projectos como o da Barragem de Ilisu, na Turquia, é levantada a questão da legitimidade da utilização de dinheiros públicos, dando origem a várias manifestações de descontentamento por todo o mundo, apelando a uma regulamentação mais rigorosa e maior transparência ao nível das actividades das ECAs.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização
Políticas
Garantia
Impactos
Legitimidade

ABSTRACT

Export Credit Agencies (ECAs) are a very useful component within the international financial system, essentially driven by its existence in almost all industrialized countries.

ECAs contribute to the economic and social development by supporting national exports, with state guarantee, improving the export potential of companies, filling the imperfections of financial markets by supporting operations that have as destination considered risk countries, and providing assistance in the medium and long-term, diverging from what happens with traditional credit agencies.

In what concern the ECAs' activities is the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) the responsible entity for its international regulation, aiming the harmonization of officially supported export credits policies within member countries.

European Community, as well, plays an important role towards the harmonization of these policies, as the Directive 98/29/EC shows, which is broadly based in OECD's provisions.

Although the documents released by the OECD, as the *Information on the Projects Category A and Category B Reported for 2007 and 2008 Review of Members' Responses to The Survey on The Environment and Officially Supported Export Credits*, indicate that the standards recommended by the OECD have been considered, the reality appears to be a slightly different. Projects such as Ilisu Dam in Turkey raise questions about the legitimacy of public money's use, resulting in several manifestations of discontent around the world, calling for the regulation's improvement and the extension of transparency in the activities of ECAs.

KEY WORDS: Internationalization
Policies
Guarantee
Impacts
Legitimacy

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
1 AGÊNCIAS DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	15
2 ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A REGULAÇÃO INTERNACIONAL DAS ECAS.....	19
2.1 GRUPO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO.....	19
2.2 O ACORDO.....	20
3 RECOMENDAÇÃO DA OCDE PARA UMA ABORDAGEM COMUM EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	23
3.1 CATEGORIZAÇÃO DOS PROJECTOS SEGUNDO IMPACTOS AMBIENTAIS.....	24
3.2 AVALIAÇÃO, DECISÃO E MONITORIZAÇÃO DOS PROJECTOS.....	26
3.3 TROCA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	26
3.4 CUMPRIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DA OCDE.....	27
4 PADRÕES DA UNIÃO EUROPEIA E DO BANCO MUNDIAL RELATIVOS AO SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO.....	28
4.1 DIRECTIVA DE 98.....	28
4.2 POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL.....	30
5 ECAS NA ACTUALIDADE.....	35
5.1 ESTUDO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	35
5.2 ACTIVIDADES DAS ECAS: PROJECTOS EXPOSTOS EM 2007.....	37

5.2.1	NÚMERO, VOLUME TOTAL E DISTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS.....	37
5.2.2	ANÁLISE POR PAÍS ANFITRIÃO: NÚMERO E VOLUME.....	40
5.2.3	ANÁLISE SECTORIAL: NÚMERO, DISTRIBUIÇÃO E VOLUME.....	41
5.2.4	TIPOLOGIA DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL ANALISADA.....	47
5.2.5	PADRÕES APLICADOS.....	47
5.2.6	ASPECTOS DECISIVOS AO NÍVEL AMBIENTAL.....	48
5.2.7	CONDIÇÕES IMPOSTAS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO OFICIAL.....	48
6	REACÇÃO DAS ECAS-MEMBROS À RECOMENDAÇÃO DA OCDE.....	50
6.1	ESTUDO E CLASSIFICAÇÃO DE PROJECTOS.....	51
6.2	AVALIAÇÃO AMBIENTAL.....	58
6.3	AVALIAÇÃO, DECISÃO E MONITORIZAÇÃO.....	67
6.4	TROCA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	72
6.5	CUMPRIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DA OCDE.....	75
6.6	OUTROS COMENTÁRIOS.....	76
6.7	CONCLUSÃO DA ANÁLISE.....	77
7	PROJECTO DA BARRAGEM DE ILISU.....	79
7.1	ECAS E A OPINIÃO PÚBLICA.....	79
7.2	O PROJECTO.....	81
7.2.1	CUSTOS E FINANCIADORES.....	82
7.2.2	IMPACTOS DO PROJECTO.....	84
7.2.3	INCUMPRIMENTOS E INCONGRUÊNCIAS.....	87
	CONCLUSÃO.....	91
	ANEXO.....	95
	BIBLIOGRAFIA.....	97

INTRODUÇÃO

As Agências de Crédito à Exportação, também designadas ECAs, estão presentes na larga maioria dos países industrializados, tendo como principal objectivo o apoio às empresas que manifestem o desejo de se internacionalizar. As ECAs, com garantia do Estado, asseguram às entidades financeiras, concessoas dos financiamentos às empresas, que na eventualidade do incumprimento por parte da empresa em restituir o montante cedido, cobrem o valor emprestado, indemnizando-as¹.

Ao longo dos anos têm-se verificado relativos avanços no seio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e na Comunidade Europeia no que respeita à harmonização das políticas e práticas decorrentes das actividades das ECAs. O “Acordo sobre as Directrizes para os Créditos à Exportação com Apoio Oficial”², de 1978, que contou com a participação de 20 países da OCDE, é um exemplo do esforço levado a cabo por Membros da OCDE nesse sentido. O Acordo abrange todos os créditos à exportação com apoio oficial a longo-prazo, i.e., 2 anos ou mais, excepto no que concerne ao equipamento militar e produtos agrícolas. A “Recomendação para uma Abordagem Comum sobre o Ambiente e Créditos à Exportação com Apoio Oficial”³ é outro documento que demonstra a consciência da importância das políticas de crédito à exportação no sentido de alcançar um desenvolvimento sustentável. Publicada em 2001 e revista pela última vez em 2007, a Recomendação tem como objectivo aproximar os critérios adoptados pelos países-Membros em matéria ambiental, e de créditos à exportação com apoio oficial com termo de pagamento de 2 ou mais anos. Este documento salienta a importância da análise dos impactos de novos projectos, com especial atenção para os sectores envolvidos e para a localização geográfica da implementação do projecto. De acordo com a Recomendação os Estados signatários deverão ainda promover a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões, ao promoverem a divulgação de informação relevante.

Como já referido, também no seio da UE se têm perpetrado significativos avanços na harmonização das políticas de crédito à exportação com apoio oficial, como é visível através da adopção da Directiva 98/29/EC. Actualmente a legislação da

¹ MANSILLA, M.; KIKUCHI, Y.; CHOUNDHURRY, S. - *Officially Supported Export Credit in a Changing World*. Fundo Monetário Internacional, 2005.

² Disponível em: [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2009doc.nsf/LinkTo/NT00004C12/\\$FILE/JT03268495.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2009doc.nsf/LinkTo/NT00004C12/$FILE/JT03268495.PDF)

³ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2000doc.nsf/LinkTo/NT00002EE2/\\$FILE/JT00118574.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2000doc.nsf/LinkTo/NT00002EE2/$FILE/JT00118574.PDF)

UE mais relevante no que concerne à regulamentação da actividade das ECAs é baseada nas disposições da OCDE⁴.

O Banco Mundial é de igual modo um actor de extrema importância ao nível da assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento por todo o mundo⁵. As 10 Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial são internacionalmente reconhecidas como as mais rigorosas e extensivas práticas no que respeita aos empréstimos e financiamentos, servindo de modelo para a identificação, preparação e implementação de programas e de projectos.

Segundo um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) ⁶, os seguros de crédito com apoio oficial têm vindo a diminuir a sua importância em termos globais, devido à absorção do mercado por parte das empresas privadas. Contudo, a actividade das empresas privadas de seguro de crédito estão limitadas a alguns mercados, não se envolvendo nomeadamente em créditos a longo-prazo, em projectos em países considerados de risco e em projectos de grandes dimensões. Deste modo as ECAs irão continuar a colmatar as falhas das tradicionais agências de seguro.

Apesar da inegável importância das actividades das ECAs, em 1998 tornou-se claro o descontentamento por parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) de vários países por todo o mundo. Estas alegam que a acção das ECAs têm vindo a provocar significativos e graves impactos adversos aos mais variados níveis, ao apoiarem projectos que não vão ao encontro dos padrões internacionais. Em 1998, 163 ONGs enviaram o “Apelo pela Reforma das ECAs” aos governos dos países mais desenvolvidos da OCDE, chamando a atenção para a necessidade de uma maior transparência nos processos de decisão, avaliação e selecção dos compromissos financeiros. De igual modo apelaram à implementação de um acordo internacional para a adopção de normas ambientais e sociais comuns para as ECAs. A Recomendação de 2001 foi encarada como um fraco avanço, e no mesmo ano 347 ONGs subscreveram a “Declaração de Jacarta”⁷. Na Declaração as ONGs solicitam aos governos, nomeadamente, uma maior transparência nos processos de decisão, e a adopção de directrizes sociais e ambientais rigorosas, comuns e obrigatórias⁸. De

⁴ <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/trade-topics/export-credits/>

⁵ <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0..pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>

⁶ MANSILLA, M.; KIKUCHI, Y.; CHOONDHURRY, S. - *Officially Supported Export Credit in a Changing World*. Fundo Monetário Internacional, 2005.

⁷ <http://www.eca-watch.org/eca/index.html>

⁸ Documento disponível na íntegra em – <http://www.eca-watch.org/multilang/portuguese/jakartadec-portuguese.html>

acordo com informações divulgadas pelas ONGs, ao longo dos anos tem-se assistido à implementação de projectos que não vão ao encontro das já existentes normas e princípios da regulamentação interna e externa das ECAs. O projecto da Barragem de Ilisu, na Turquia, é o mais polémico da actualidade, violando os direitos humanos, sociais, ambientais e culturais da população residente na região da sua construção, e afectando as relações internacionais da Turquia, e afastando-a do projecto europeu. O projecto da Barragem de Ilisu contou com a participação de ECAs da Alemanha, Suíça e Áustria, e alegadamente só retiraram o seu apoio após as várias manifestações de descontentamento por parte das ONGs e sociedade civil em geral⁹.

O envolvimento das ECAs neste tipo de projectos, que acarretam impactos aos mais variados níveis, suscita a dúvida no que respeita à legitimidade do uso de dinheiros públicos.

⁹ <http://www.eca-watch.org/problems/index.html>

1 AGÊNCIAS DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

As Agências de Crédito à Exportação (ECAs) – sigla em inglês para *Export Credit Agency* – constituem um pilar muito importante no que respeita à estrutura do sistema financeiro internacional. Estas promovem grande parte das exportações dos países mais desenvolvidos e permitem um melhor acesso a financiamento aos países menos desenvolvidos, destacando-se das tradicionais agências de crédito bilaterais e multilaterais¹⁰.

A Federal Switzerland - instituição financeira privada - foi pioneira neste âmbito tendo, em 1906, criado o primeiro programa de apoio à exportação, contudo o primeiro programa público de crédito à exportação surgiu em 1919, no Reino Unido. Os objectivos por detrás da criação destes programas eram a criação de emprego, aumento da produção industrial e fomento das exportações, gravemente afectadas pela Primeira Guerra Mundial¹¹.

Com base na obra *Export Credit Agencies – The Unsung Giants of International Trade and Finance*, da autoria de Delio E. Gianturco¹², existem seis motivos económicos que justificam a existência e actividade das ECAs. O primeiro reside no facto de as ECAs operarem como meio de resposta às imperfeições dos mercados financeiros, que dificultam a assistência às exportações que têm como destino países considerados de risco. Além de colmatarem este tipo de deficiências dos mercados financeiros, as ECAs oferecem extensão da assistência a médio e longo-prazo em oposição ao crédito de curto-prazo, praticado pelas tradicionais agências de crédito, sendo este apontado como o segundo motivo. De seguida, Gianturco afirma que o terceiro fundamento assenta na contribuição directa para os ordenados, emprego e produção, e contribuição indirecta para a interligação de indústrias e para o incremento de montantes provenientes dos impostos. O facto de as ECAs prestarem auxílio a pequenas e novas empresas, a novos produtos e a novos mercados exportadores, que seriam negligenciadas pelo sector privado de financiamento, é salientado como o quarto motivo. A quinta razão consiste no apoio aos países em desenvolvimento, e por último, o sexto motivo que o autor aponta é o facto de cada ECAs necessitar de

¹⁰ MANSILLA, M.; KIKUCHI, Y.; CHOONDHURRY, S. - *Officially Supported Export Credit in a Changing World*. Fundo Monetário Internacional, 2005.

¹¹ CATERMOL, Fabrício – *Agências de Crédito à Exportação: O Papel de Instituições Oficiais no Apoio à Inserção Internacional de Empresas*. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro. Vol. 15, N. 30 (2008), p. 5-38.

¹² Professor de Instituições Financeiras Internacionais e Aproximações às Transacções Internacionais, na George Mason University.

oferecer apoio aos seus exportadores nacionais de modo a ir ao encontro da competitividade oferecida pelas restantes ECAs em relação aos seus exportadores.

Embora sejam de extrema relevância os motivos acima referidos, o autor refere que o fundamento central para a existência das ECAs reside no facto de estas apoiarem as exportações nacionais, promovendo o potencial exportador das empresas sediadas nos países mais desenvolvidos, o que resulta na entrada de montantes provenientes dos países receptores das exportações.

Este apoio é concedido através da cobertura de riscos de crédito quando se trata de investimento nacional no estrangeiro, com a garantia do Estado do país de origem da ECA. Segundo Delio E. Gianturco (2001) ao serem reduzidos os riscos associados ao financiamento, as instituições financeiras sentem-se mais encorajadas a concederem, à empresa exportadora, o montante necessário para a sua expansão ao nível internacional. Nestes casos a ECA concede uma garantia directamente ao banco financiador, o que o irá proteger de perder dinheiro, independentemente de quem for o causador do incumprimento do contrato / pagamento – a empresa exportadora ou importadora.

Os riscos cobertos pelas ECAs são de natureza política, monetária e catastrófica. Os riscos de carácter político abrangem guerras e expropriações. Caso o comprador seja uma entidade pública, e lhe seja impossível cumprir o pagamento, é também considerado risco político. Relativamente aos riscos de índole financeira, encontram-se cobertos pelas ECAs as situações de falência das empresas, atrasos ou incumprimentos nos pagamentos¹³.

A larga maioria dos países mais desenvolvidos têm, pelo menos, uma ECA, o que lhes permite auxiliar as suas empresas que manifestem o desejo de se internacionalizar e de aumentar o seu potencial exportador. Os programas das ECAs, as formas organizacionais, assim como a legislação que regula a sua actividade, podem divergir de país para país.

De acordo com o estudo *The Use of Environmental and Social Criteria in Export Credit Agencies' Practices*, realizado pelo Instituto para a Política Ambiental Internacional e Europeia – Ecologic –, comissionado pela Agência Alemã para o Desenvolvimento, as formas organizacionais das ECAs inserem-se nos seguintes géneros: secção de um ministério, departamento governamental, agência governamental independente ou semi-pública, ou uma instituição privada cujas actividades estão parcialmente sob um acordo com o governo do seu próprio país.

¹³ GIANTURCO, Delio E. - *Export Credit Agencies, The Unsung Giants of International Trade and Finance*. Quorum Books, 2001.

Como já foi referido, também o enquadramento legal no qual as ECAs actuam pode variar de país para país. A legislação que rege as ECAs pode ser catalogada de natureza geral e permissiva – autorizando o seu estabelecimento de acordo com os estatutos da banca, seguros e outras empresas –, ou de natureza específica (legislação própria) – estabelecendo em detalhe a forma, estrutura, poder, organização, programas e limitações da ECA. Embora existam grandes semelhanças, em muitos aspectos, entre as suas actividades e as operações das instituições bancárias e das seguradoras, as ECAs, devido ao seu carácter oficial, interesse nacional e considerações transnacionais, são objecto de uma atenção legal distinta, gozando, na sua maioria, de uma legislação de natureza específica¹⁴.

De acordo com Delio E. Gianturco (2001) no seu livro já anteriormente referido *Export Credit Agencies – The Unsung Giants of International Trade and Finance*, para o efectivo sucesso de uma ECA esta deve contemplar os seguintes aspectos:

- **Apoio do governo** – em primeira instância este apoio surge como cobertura do risco político, mas pode também consistir na atribuição de fundos, disponibilidade de garantia do Estado para cobrir operações de empréstimo, entre outros.
- **Partilha apropriada de risco** – vital para o sucesso de uma ECA que os bancos comerciais e exportadores partilhem riscos de cada transacção. As maiores ECAs limitam as suas perdas através de acordos de co-seguro e seguros com os seus governos, com seguradoras estrangeiras, e também com outras ECAs. Cobertura do risco político por conta do Estado é essencial para o sucesso.
- **Diversidade de operações** – deve oferecer um leque variado de produtos, incluindo empréstimos, garantias, seguros e assistência técnica.
- **Qualidade de administração** – a maioria das ECAs é administrada por indivíduos com experiência na administração de instituições financeiras do sector privado, estando, deste modo, familiarizados com as técnicas de finanças comerciais.
- **Eficiência e procedimentos** – o tempo médio do processo de empréstimo, garantia e seguro, nas maiores ECAs, é de 5 dias ou menos.

¹⁴ GIANTURCO, Delio E. - *Export Credit Agencies, The Unsung Giants of International Trade and Finance*. Quorum Books, 2001.

- **Créditos de Ajuda Reforçada** – tipicamente usados para grandes projectos de interesse nacional, em países em desenvolvimento onde existe uma intensa concorrência entre países fornecedores, ou em mercados estrangeiros que pertenciam ao antigo território colonial dos países de origem das ECAs. As regiões que mais recebem a “Ajuda Reforçada” são, ordenadamente: Ásia, África, Médio-Oriente e América Latina. Os países são: China, Índia e Indonésia. Os projectos, na sua larga maioria, são relacionadas com a energia, transportes, telecomunicações, bens materiais, e indústria extractiva.

2 ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A REGULAÇÃO INTERNACIONAL DAS ECAS

2.1 GRUPO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

Além da regulação interna, as ECAs são objecto de regulação internacional por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Em primeira instância o papel da OCDE, neste âmbito, centra-se na manutenção e desenvolvimento da regulamentação no que diz respeito às condições e termos da concessão de créditos à exportação com apoio oficial. Além desta competência, a OCDE administra também um fórum de discussão e de coordenação das políticas nacionais de crédito à exportação¹⁵.

O trabalho levado a cabo pela OCDE, ao nível das políticas e práticas que envolvam créditos à exportação com apoio governamental, é conseguido graças a dois organismos: o Grupo Operacional sobre Créditos à Exportação e Garantias de Crédito (*Working Party on Export Credits and Credit Guarantees*) e Participantes no Acordo sobre Créditos à Exportação (*The Participants to the Export Credit Arrangement*), sendo apenas o primeiro um órgão oficial da OCDE.

O Grupo Operacional sobre Créditos à Exportação e Garantias de Crédito¹⁶, geralmente intitulado de Grupo de Crédito à Exportação (GCE), foi criado em 1964, sendo um sub-grupo do Comité de Comércio da OCDE. Tendo como objectivos a avaliação e harmonização das políticas em torno do apoio oficial aos créditos à exportação, o GCE é constituído por altos representantes governamentais de todos os países membros da OCDE, excepto da Islândia, e por altos representantes das instituições de crédito à exportação. A Comissão Europeia participa em todas as reuniões do GCE, assim como a União Internacional de Seguradores de Crédito e Investimento, também conhecida por União de Berna. A Organização Mundial de Comércio, por seu turno, tem o estatuto de observador, e outras organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a UNEP¹⁷, e o EBRD¹⁸, são convidadas para as reuniões quando os assuntos em discussão são de interesse comum.

¹⁵ http://www.oecd.org/about/0,3347,en_2649_34169_1844774_1_1_1_1,00.html

¹⁶ http://www.oecd.org/document/24/0,3343,en_2649_34169_1844760_1_1_1_1,00.html

¹⁷ Programa Ambiental das Nações Unidas

¹⁸ Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento

2.2 O ACORDO

No início dos 70, alguns Estados-Membros da OCDE demonstraram o desejo de oficializar um acordo, no sentido de regular o financiamento às exportações com apoio oficial.

É neste contexto que, em 1978, é estabelecido o Acordo sobre as Directrizes para os Créditos à Exportação com Apoio Oficial (*Arrangement on Guidelines for Officially Supported Export Credits*), contando com a participação de 20 países da OCDE, denominados os Participantes no Acordo sobre Créditos à Exportação¹⁹.

Este Acordo, apesar de ser normalmente chamado de “Acordo da OCDE” e de ser apoiado pelo Secretariado da OCDE, não constitui um acto oficial, mas sim um “acordo entre cavalheiros” de vários países membros. Contudo, o Conselho da OCDE financia as actividades relacionadas com a manutenção e desenvolvimento do Acordo. Actualmente os Participantes do Acordo são: Austrália, Canadá, Comunidade Europeia, Japão, Coreia, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Estados Unidos da América.

Além do já referido propósito para a formulação do Acordo, este busca também promover a harmonização das políticas nacionais dos países membros, de modo a encorajar a competitividade entre os exportadores, baseando-se na qualidade e no preço dos produtos e serviços, ao invés de se basearem em termos e condições financeiras mais favoráveis²⁰. A última revisão do Acordo data de 21 de Janeiro de 2009, tendo sido efectuadas as seguintes modificações²¹:

- Os países classificados de Categoria I²² passam a ser definidos como Países da OCDE com Elevado Rendimento – esta alteração permite que um maior número de países, incluindo economias emergentes, ou seja os países de Categoria II, beneficie de um alargamento do prazo de pagamento para dez anos;
- A percentagem de participação dos créditos à exportação com apoio oficial em projectos aumenta dos 35% para os 50% – esta medida é temporária (duração

¹⁹ http://www.oecd.org/document/43/0,3343,en_2649_34169_1844765_1_1_1_1,00.html

²⁰ Acordo sobre as Directrizes para os Créditos à Exportação com Apoio Oficial

²¹ http://www.oecd.org/document/34/0,3343,en_2649_34169_42168680_1_1_1_1,00.html

²² Classificação de países disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/32/48/43407491.pdf>

de um ano) e visa a contribuição para os planos de estímulo anunciados em muitos países da OCDE;

- Maior flexibilidade no que respeita ao pagamento de créditos à exportação com apoio oficial nos sectores das energias renováveis e da água.

O Acordo²³, ao longo de cerca de 30 anos da sua existência, foi alvo de notáveis progressos. Os mais significativos progressos foram, sem dúvida, como já referido, a retirada de subsídios para as taxas de juros, a implementação de regulamentação da Ajuda Reforçada, e o estabelecimento de pagamentos baseados em factores de risco. Também o Acordo sobre Projectos Financiados, o Acordo sobre Energias Renováveis / Sector da Água, e o novo Acordo sobre o Sector da Aviação, se destacam no conjunto dos progressos perpetrados pelo Acordo sobre as Directrizes para os Créditos à Exportação com Apoio Oficial. É aos Participantes, do referido Acordo, que se ficam a dever estes avanços, pelo facto de estes pretenderem, em consenso, partilhar tanto dos benefícios como das responsabilidades que advêm dos créditos à exportação com apoio oficial.

São abrangidos pelo Acordo todos os créditos à exportação com apoio oficial a longo-prazo, i.e., 2 anos ou mais, excepto no que concerne ao equipamento militar e produtos agrícolas. Por outro lado, alguns sectores são alvo de regulamento específico. As Declarações Sectoriais, presentes no Acordo, definem orientações próprias para a aplicabilidade de créditos à exportação com apoio oficial relacionados com determinados contractos de exportação, no âmbito naval, das centrais nucleares, da aviação civil, e das energias renováveis e projectos hidrográficos. Os estados signatários destas Declarações são: Austrália, Comunidade Europeia, Japão, Nova Zelândia, Coreia e Noruega.

De acordo com o documento de Classificação de Países por Produto Nacional Bruto, disponibilizado pela OCDE²⁴, que estipula o limite máximo para o reembolso do financiamento, os países encontram-se divididos em Categoria I e Categoria II.

A Categoria I refere-se a países cujo PNB *per capita* se manteve, pelo menos durante dois anos consecutivos, acima dos valores determinados pelo Banco Mundial, e que tenham, cumulativamente sido classificados de “Países da OCDE com Elevadas Receitas”. Todos os restantes países, que não se encontrem na situação anteriormente referida, são classificados de Categoria II.

²³ Disponível em: [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2009doc.nsf/LinkTo/NT00004C12/\\$FILE/JT03268495.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2009doc.nsf/LinkTo/NT00004C12/$FILE/JT03268495.PDF)

²⁴ Classificação de países por PNB disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/32/48/43407491.pdf>

Tabela 1: Países com Elevadas Receitas (*per capita*)

Limite mínimo (USD)	
Produto Nacional Bruto 2006	11 116
Produto Nacional Bruto 2007	11 456
Produto Nacional Bruto 2008	11 906

Fonte: OCDE²⁵

No que respeita a países de Categoria I, o limite máximo para o reembolso é de cinco anos, ou de oito anos e meio com a atempada notificação perpetrada pelo Participante envolvido, em relação aos outros Participantes do Acordo, em concordância com o Artigo 45º do Acordo.

Relativamente aos países inseridos na Categoria II, o prazo máximo para o reembolso é de dez anos.

O outro tipo de classificação de países é perpetrado através da avaliação do risco dos mesmos. Segundo o Acordo esta classificação é efectuada de acordo com uma escala entre 0 e 7 – quanto maior for o número atribuído, maior é o risco assegurado. A Classificação de Países por Risco²⁶ serve o objectivo de determinar as taxas de prémio mínimas a serem pagas à ECA pela concessão do seguro.

²⁵ <http://www.oecd.org/dataoecd/32/48/43407491.pdf>

²⁶ Classificação de Países por Risco disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/47/29/3782900.pdf>

3 RECOMENDAÇÃO DA OCDE PARA UMA ABORDAGEM COMUM EM MATÉRIA AMBIENTAL

O Conselho da OCDE, sob proposta do Grupo de Crédito à Exportação, e no sentido de aproximar os critérios adoptados pelos países membros em matéria ambiental e de créditos à exportação com apoio oficial, publicou em 2001, a *Recomendação sobre as Aproximações Comuns em Matéria Ambiental e de Créditos à Exportação com Apoio Oficial*²⁷, aplicáveis aos créditos à exportação com apoio oficial com termo de pagamento de 2 ou mais anos.

Nesta altura era já reconhecido que as políticas de crédito à exportação podem contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável sendo, deste modo, extremamente importante estabelecer recomendações, que expressariam a política ideal a ser adoptada pelos estados-membros, no que concerne aos apoios concedidos aos créditos à exportação e à particular consideração que os estados da OCDE deveriam prestar em relação ao ambiente. Este documento salienta a responsabilidade dos países da OCDE relativamente à análise dos impactos negativos e positivos de novos projectos no ambiente, com especial atenção para os sectores envolvidos e para a localização geográfica da implementação do projecto, bem como os riscos ambientais que daí possam advir. Em suma, o Conselho recomenda aos Estados-Membros que estes, antes de tomarem decisões relacionadas com créditos de apoio à exportação se recorram destas Aproximações Comuns para tratar as questões ambientais relacionadas com a exportação de bens financeiros e serviços, bem como as localizações a que se destinam.

A Recomendação tem como objectivos fulcrais a promoção do desenvolvimento sustentável – através da harmonização entre as políticas de apoio oficial aos créditos à exportação e as políticas de âmbito ambiental, nomeadamente acordos e convenções internacionais –, equilibrar as medidas tomadas por todos os Membros no que concerne à avaliação ambiental dos novos projectos e das, já existentes, operações que gozam do apoio oficial para os créditos à exportação, bem como promover as boas práticas relacionadas com o ambiente, no sentido de alcançar um elevado nível de protecção ambiental, melhorar a eficiência dos procedimentos do apoio oficial ao assegurar que a responsabilidade, quer dos candidatos a beneficiários, quer das Agências de Crédito à Exportação (ECAs), vai ao encontro dos objectivos de protecção ambiental presentes na Recomendação. Além dos referidos objectivos, também a disseminação do conhecimento, não só no seio dos Membros da OCDE como também

²⁷ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2000doc.nsf/LinkTo/NT00002EE2/\\$FILE/JT00118574.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2000doc.nsf/LinkTo/NT00002EE2/$FILE/JT00118574.PDF)

nos países não-Membros, dos benefícios da aplicação dos termos desta Recomendação, é um propósito primordial do documento. De modo a alcançar estes objectivos, os estados signatários da Recomendação, deverão advogar a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões, ao promoverem a divulgação de informação relevante de índole ambiental – respeitando as estipulações legais, confidencialidade empresarial e outros aspectos relacionados com a concorrência –, encorajar a prevenção e mitigação de impactos negativos resultantes de novos projectos, bem como dos riscos associados com operações já existentes. Além das referidas responsabilidades, os Estados-Membros têm como missão melhorar os estudos de novos projectos e de existentes operações ao incluírem, nas suas avaliações, considerações acerca do ambiente, e criar um grupo preparado para a aplicação concreta do documento.

A última versão da Recomendação foi adoptada em Junho de 2007²⁸. Esta revisão da Recomendação veio reforçar os requisitos ambientais no que respeita à qualificação de exportações aptas a beneficiarem do apoio oficial para os créditos.

3.1 CATEGORIZAÇÃO DOS PROJECTOS SEGUNDO IMPACTOS AMBIENTAIS

Na Recomendação está presente que os Membros devem classificar os projectos em um das três diferentes categorias existentes, A, B e C, consoante os seus potenciais impactos ao nível ambiental.

A categoria “A” pressupõe que o projecto revela potencial para provocar significativos e nefastos impactos ambientais, podendo estes ultrapassar a área de implementação do projecto. Na teoria, a categoria A inclui os projectos em sectores ou locais sensíveis ou em zonas circundantes. Neste tipo de projectos, os países Membros, devem solicitar a formulação de um Estudo de Impacto Ambiental sendo o candidato a receber o crédito à exportação com apoio oficial o responsável por providenciar o relatório final do referido estudo, em conjunto com outros documentos ou planos de acção relevantes que digam respeito ao projecto. Para que se seja promovida alguma imparcialidade na avaliação do projecto, no que respeita aos impactos ambientais, o Estudo não deve ser formulado e revisto pela mesma divisão.

A categoria B é referente a projectos cujos potenciais impactos adversos são menos significativos do que os projectos de categoria A. Geralmente os possíveis impactos cingem-se apenas à área específica para a implementação do projecto, e poucos, se alguns, desses impactos são irreversíveis. Em projectos categorizados por

²⁸ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2007doc.nsf/LinkTo/NT00002B8E/\\$FILE/JT03228987.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2007doc.nsf/LinkTo/NT00002B8E/$FILE/JT03228987.PDF)

B a sua avaliação pode diferir, dependendo da natureza do projecto. A avaliação deve examinar os potenciais impactos negativos e positivos no ambiente, incluindo as medidas de prevenção, mitigação, ou compensação pelos impactos negativos e melhorar a performance ambiental.

No que concerne à categoria C esta abarca projectos que revelem potencial para causarem impactos negativos mínimos ou mesmo nenhuns, não sendo, por isso, necessário tomar mais medidas além da monitorização e categorização dos projectos.

Em suma, os candidatos a receberem o apoio para o projecto são responsáveis por fornecer aos países Membros envolvidos, informações e quando necessário, dependendo da categoria do projecto, um Estudo de Impacto Ambiental, de modo a ser possível avaliar os potenciais impactos sobre o ambiente. Nessa informação obrigatoriamente têm que constar: os potenciais impactos ambientais – emissões de gases para a atmosfera, uso significativo de recursos naturais; potenciais impactos sociais - realojamento involuntário, impactos na população indígena; potenciais impactos culturais; padrões, práticas e processos que as partes envolvidas nos projectos tencionam aplicar; e o resultado de quaisquer consultas públicas com as partes interessadas, acerca do projecto.

Quando é realizada uma avaliação, a todo e qualquer projecto, os países Membros devem seguir, não só, os padrões adoptados pelo país anfitrião como também os aspectos relevantes das 10 Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial²⁹. Para os projectos com financiamento privado, os aspectos a serem seguidos são os 8 Princípios da Performance Empresarial Internacional Financeira ou os dos Bancos Regionais de Desenvolvimento. Os padrões internacionalmente reconhecidos como os da União Europeia, são também princípios a serem seguidos, devido ao facto de estes se revelarem mais rigorosos do que os acima mencionados. Isto indica que todos os projectos devem ir ao encontro de elevados padrões que definem a sua implementação, isto é, os projectos, sem excepções, têm que ir ao encontro dos modelos adoptados no país onde se irá verificar. No caso de os padrões internacionais se revelarem mais rígidos do que os que são adoptados ao nível nacional, devem então, os projectos, ir ao encontro destes padrões. Contudo, em casos específicos e excepcionais, um país Membro pode optar por apoiar um projecto que não vá ao encontro dos padrões internacionais, tendo que justificar os padrões aplicados.

29

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTSAFEPOL/0,,menuPK:584441~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:584435,00.html>

3.2 AVALIAÇÃO, DECISÃO E MONITORIZAÇÃO DOS PROJECTOS

O país Membro, na fase anterior à decisão de conceder o apoio ao crédito à exportação, deve avaliar a informação conseguida através da observação e da inspecção. Só após esta avaliação o país Membro deve conceder o apoio oficial ou solicitar mais informações, podendo mesmo declinar. Na eventualidade de ser concedido o apoio, o país Membro deve decidir se existem condições a ser cumpridas antes ou depois de ser formalizado o compromisso, por exemplo, medidas de prevenção e/ou mitigação, acordos, necessidade de pré-requisitar monitorização. Se os beneficiários do apoio oficial não respeitarem as condições, o país Membro deve levar a cabo a acção que considerar apropriada visando a restauração do cumprimento dos termos do contracto assinado entre ambos os participantes. Os estados Membros devem encorajar os patrocinadores do projecto a efectuarem relatórios de monitorização *ex post* e a tornarem disponíveis ao público em geral informações relacionadas com o mesmo.

3.3 TROCA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Os países Membros da OCDE têm a responsabilidade de publicar o guia processual e o padrão político em matéria ambiental das ECAs, em território nacional. Além disso, os Membros devem, tendo em conta o contexto de competitividade e a política de confidencialidade em que as ECAs operam, partilhar informação com outros países membros com vista a adopção de posições comuns no que respeita à avaliação de projectos, incluindo a classificação dos mesmos. Os Membros devem, do mesmo modo, ir ao encontro dos requisitos apresentados pelos outros países Membros no que concerne aos padrões ambientais.

A divulgação de informação ao público relativamente aos projectos de categoria A implica que esta ocorra o mais cedo possível durante o processo de avaliação, e no mínimo 30 dias antes da derradeira validação do contrato que garante o apoio oficial. Neste tipo de projectos, a informação a ser tornada pública abrange o nome, localização, e descrição do projecto, bem como detalhes acerca de onde podem ser obtidas informações adicionais. Além das informações primárias sobre o projecto, também as informações sobre o impacto ambiental devem ser divulgadas – como por exemplo o Estudo de Impacto Ambiental. Somente em casos excepcionais este tipo de informações pode não ser tornada pública, embora os países Membros tenham que relatar a situação.

Além das responsabilidades acima apontadas, aos Membros cabe a tarefa de difundir, pelo menos anualmente, dados sobre projectos de categoria A e categoria B, incluindo informação ambiental, aos quais foi concedido o apoio oficial ao crédito à exportação.

Baseando-se nos relatórios apresentados pelos países Membros o GCE divulga os dados dos projectos de forma agregada, tendo em conta a confidencialidade empresarial. Ainda neste âmbito o GCE desempenha um papel de relativa importância na medida em que lhe compete a troca constante de informações com organizações da sociedade civil³⁰ sobre a aplicação da Recomendação. Também o anteriormente referido objectivo de difusão do conhecimento, para além do núcleo de países pertencentes à OCDE, dos benefícios da aplicação da Recomendação, é aqui levado a cabo pelo GCE.

3.4 CUMPRIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DA OCDE

De acordo com a Recomendação, é da responsabilidade dos países signatários assegurar, através de medidas e mecanismos apropriados, o cumprimento das políticas e procedimentos que constam na mesma. Também dos Membros depende a avaliação e monitorização da aplicação deste documento em território nacional, o reforço e melhoramento dos procedimentos ao nível nacional de modo a tratar os impactos ambientais provocados pela implementação dos projectos, e o encorajar das ECAs nacionais a cederem os seus recursos visando a concretização deste último objectivo.

Ainda na Recomendação está presente que os Membros devem dirigir-se ao GCE durante a implementação dos projectos cujas categorias sejam A ou B, construir um grupo de trabalho especializado na aplicação da Recomendação através de trocas regulares de informação, com o objectivo de melhoramento das práticas comuns.

O Secretariado da OCDE deve monitorizar a implementação da Recomendação através da compilação dos relatórios dos Membros.

³⁰ Organizações da sociedade civil incluem associações de comércio, de indústria e da banca, e também organizações não-governamentais.

4 PADRÕES DA UNIÃO EUROPEIA E DO BANCO MUNDIAL RELATIVOS AO SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO

4.1 DIRECTIVA DE 98

A 27 de Setembro de 1960 o Conselho da Comunidade Económica Europeia constituiu o Grupo de Coordenação das Políticas de Seguro de Crédito de Garantias e de Créditos Financeiros³¹. Um grupo de trabalho especializado na discussão dos créditos à exportação, embora, actualmente, a legislação da Comunidade Europeia, relativa aos créditos à exportação com apoio oficial seja, na sua maioria, baseada nas disposições da OCDE³².

No seio da UE, a mais relevante legislação, no que concerne à acção das ECAs, é a Directiva 98/29/EC de 7 de Maio de 1998, que se refere à “harmonização dos requisitos fundamentais relativamente ao seguro aos créditos à exportação para transacções com retorno a médio e longo-prazo”³³. Esta directiva é baseada nos artigos 132º e 133º do Tratado de Roma³⁴, presentes no Título IX referente à Política Comercial Comum, onde consta o seguinte excerto: *“Sem prejuízo dos compromissos assumidos pelos Estados-Membros no âmbito de outras organizações internacionais, os regimes de auxílios concedidos pelos Estados-Membros às exportações para países terceiros serão progressivamente harmonizados na medida em que tal for necessário para evitar que a concorrência entre as empresas da Comunidade seja falseada”*. Quanto ao artigo 133º, é de salientar o exposto no ponto 5, onde está consagrado que os Estados-Membros possuem o direito *“de manter ou celebrar acordos com países terceiros ou com organizações internacionais, desde que esses acordos respeitem o direito comunitário e os outros acordos internacionais pertinentes.”*

A directiva acima referida foi adoptada pelo tendo sido reconhecida, pelo mesmo:

- A importância das garantias de crédito à exportação com termo a médio e longo prazo ao nível do comércio internacional e que, também, constituem um essencial instrumento da política comercial;

³¹ Disponível em : <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=1545:cs&lang=pt&list=1545:cs,&pos=1&page=1&nbl=1&pgs=10&hwords=&checktexte=checkbox&visu=#texte>

³² <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/trade-topics/export-credits/>

³³ http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2005/february/tradoc_111158.pdf

³⁴ Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12002E/htm/C_2002325PT.003301.html

- A importância do papel desempenhado pelas garantias de crédito à exportação a médio e longo-prazo nos países em desenvolvimento e, consequentemente, apadrinha a integração dos mesmos no seio da economia global, o que constitui um objectivo da política da Comunidade no que respeita ao desenvolvimento;
- O impacto negativo que as diferenças nos sistemas de seguro de crédito à exportação a médio e longo-prazo provocam nos Estados-Membros – disparidades ao nível da competitividade entre as empresas da Comunidade;
- Que as medidas apontadas por esta Directiva não devem interferir, para além do indispensável, no que respeita à execução do objectivo de harmonização, contudo, devem assegurar que a política de exportação está assente em princípios uniformes e que a competitividade entre empresas na Comunidade não é objecto de distorção;
- Que, de modo a minimizar as distorções já presentes relativamente à competitividade empresarial nos Estados-Membros, é proveitoso alcançar a harmonização dos sistemas de crédito à exportação com apoio oficial;
- Que o pagamento às seguradoras do crédito deve corresponder ao risco assegurado;
- Que a harmonização deve apadrinhar a cooperação entre as seguradoras de crédito que actuam em nome do Estado ou com o apoio deste, e deve, também, desenvolver a cooperação entre empresas da Comunidade;
- Que a harmonização e a cooperação constituem um aspecto fulcral no que respeita à competitividade dos exportadores da Comunidade em relação aos mercados externos;
- Que o Conselho implementou, dentro da lei Comunitária, o Acordo sobre as Directrizes para os Créditos à Exportação com Apoio Oficial da OCDE, através da Directiva 93/112/EEC. (que veio substituir as seguintes directivas: 70/509/EEC e 70/510/EEC de 27 de Outubro de 1970 sobre a adopção de políticas comuns de seguro aos créditos para transacções a médio e longo-

prazo). Esta directiva espera-se que represente um passo em frente relativamente à convergência entre os sistemas de cada um dos Estados-Membros.

Na referida Directiva 98/29/EC constam 10 Artigos que estabelecem o âmbito da aplicabilidade da directiva, as obrigações dos Estados-Membros, a relevância do Comité no apoio à Comissão, a entrega, ao Conselho por parte da Comissão, de um relatório de actividades, a relação com outros procedimentos, as directivas revogadas, a transposição da directiva para a lei nacional por parte dos Estados-Membros, a entrada em vigor e, por último, a quem se aplica a directiva.

De salientar o seguinte:

- Artigo 1º – onde se encontra consagrado que esta se aplica às transacções relacionadas com a exportação de bens e/ou serviços com origem em um Estado-Membro, em casos em que existe apoio, directa ou indirectamente, por um ou mais Estados-Membros, e que envolvam um período de risco de dois ou mais anos, isto é, o período de reembolso, incluindo o período de fabrico;
- Artigo 2º – onde estão consagradas as obrigações dos Estados-Membros no que respeita ao assegurar que o disposto é tido em conta por todas as instituições que facilitem apoio, directa ou indirectamente, no âmbito do seguro e/ou garantia ao crédito à exportação, e que ajam em nome do Estado-Membro ou com o apoio deste – para situações em que o destino das exportações seja um país fora da Comunidade Europeia;
- Artigo 8º – a responsabilidade dos Estados-Membros transporem, para a sua própria legislação os termos da Directiva de 98, está consagrada neste artigo. É declarado que os países da Comunidade deveriam adoptar leis e mecanismos necessários para a aplicação, em conformidade, desta Directiva, até 1 de Abril de 1999.

4.2 POLÍTICAS DE SALVAGUARDA DO BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial desempenha um papel de extrema importância no que concerne à assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento por todo o mundo³⁵.

35

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html>

Estabelecido em 1944, visava auxiliar a reconstrução dos países europeus no pós-Segunda Guerra Mundial. Considerando que são as economias em desenvolvimento as mais afectadas pelos desastres naturais, emergências humanitárias e pela destruição levada a cabo pelos conflitos, o Banco Mundial manteve o enfoque direccionado para as necessidades de reconstrução. Contudo, actualmente, o enfoque foi alvo de um afunilamento, direccionando o objectivo para a redução da pobreza, contando com uma equipa multidisciplinar, que inclui economistas, especialistas em políticas públicas, especialistas sectoriais, e cientistas sociais.

O Banco Mundial é constituído por duas instituições viradas para o desenvolvimento que contam com 186 países-membros, elas são o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD)³⁶ e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)³⁷. A actividade do IBRD centra-se nos países de rendimento médio e nos países pobres meritórios de crédito, enquanto a IDA concentra a sua atenção nos países mais pobres ao nível mundial. As duas referidas instituições oferecem empréstimos com baixas taxas de juro, créditos sem juros e investem em sectores como a educação, saúde, administração pública, agricultura, administração ambiental e de recursos naturais, bem como apoiam o desenvolvimento financeiro. Além das já referidas instituições, o Banco Mundial é, também, constituído por três organizações membros: Corporação Financeira Internacional (IFC)³⁸, Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimentos (ICSID)³⁹, e Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA)⁴⁰. Estas cinco estruturas formam o chamado “Grupo do Banco Mundial”.

A IFC apoia o crescimento sustentável em países em desenvolvimento concedendo financiamento para o investimento no sector privado, mobilizando capital nos mercados financeiros internacionais, e fornecendo aos empresários e governos serviços de emissão de pareceres. Ao ICSID compete, por seu turno, facilitar bases para a harmonização e mediação de disputas decorrentes do investimento ao nível internacional. Relativamente à MIGA, a sua missão consiste em promover o investimento directo estrangeiro com destino aos países em desenvolvimento, no

³⁶

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/EXTIBRD/0,,menuPK:3046081~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:3046012,00.html>

³⁷

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/IDA/0,,menuPK:51235940~pagePK:118644~piPK:51236156~theSitePK:73154,00.html>

³⁸

<http://www.ifc.org/ifcext/about.nsf/Content/Mission>

³⁹

http://icsid.worldbank.org/ICSID/FrontServlet?requestType=CasesRH&actionVal=ShowHome&pageName=AboutICSID_Home

⁴⁰

http://www.miga.org/about/index_sv.cfm?stid=1736

sentido de auxiliar o crescimento económico, reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida das populações. Este impulso é conseguido através de três serviços proporcionados pela MIGA: seguro de risco político – para os investimentos estrangeiros e países em desenvolvimento –, assistência técnica – visando o melhoramento da conjuntura para o investimento bem como a promoção de oportunidades de investimento nas economias emergentes –, e mediação de disputas – de modo a remover possíveis obstáculos para o investimento futuro.

De acordo com informações cedidas pelo próprio Banco Mundial, estes cinco organismos visam melhorar a eficiência interna e a eficácia externa.

Os padrões usados pelo Banco Mundial têm servido de modelo para a identificação, preparação e implementação de programas e projectos. De facto, os princípios defendidos pelo Banco Mundial são reconhecidos internacionalmente como os mais extensivos padrões no que respeita aos empréstimos e financiamentos, sendo estes usualmente mencionados pelas ECAs.

O Banco Mundial contém 10 princípios, conhecidos como as “Políticas de Salvaguarda”⁴¹, que são fundamentais no sentido de identificar, minimizar e mitigar as consequências potencialmente nefastas, ao nível ambiental e social, que possam advir das operações de empréstimo efectuadas pelo Banco. As 10 Políticas de Salvaguarda consistem em práticas do Banco aos seguintes níveis:

- **Avaliação Ambiental** – o objectivo da Avaliação Ambiental é o de melhorar os processos de tomada de decisão, de modo a assegurar que a aplicação do projecto é sustentável, e que a população, que será potencialmente afectada, é apropriadamente consultada;
- **Recursos Culturais Físicos** – considerando que os recursos culturais constituem uma parte essencial da identidade cultural da população, é de significativa importância que, de acordo com as Políticas de Salvaguarda, se evite ou mitigue os impactos adversos que decorram da aplicação do projecto, também a este nível;
- **Áreas Disputadas** – de modo a não haver repercuição dos problemas relacionados com ambíguas regiões fronteiriças em relação ao Banco Mundial, este só irá financiar projectos neste tipo de regiões se não existirem objecções demonstradas pelos outros países;

41

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTSAFEPOL/0,,menuPK:584441~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:584435,00.html>

- **Florestação** – a política adoptada pelo Banco Mundial visa reduzir a desflorestação e promover a conservação e administração sustentável das florestas, reconhecendo que estas representam um papel fundamental ao nível da redução da pobreza e do impulsionamento do desenvolvimento económico;
- **População Indígena** – o Banco Mundial reforça a atenção para a necessidade de identificação da população indígena, assegurar a sua consulta e participação, bem como assegurar que a população beneficia das operações, e que os impactos adversos sobre eles são evitados, minimizados ou mitigados;
- **Águas Navegáveis Internacionais** (*International Waterways*) – projectos em águas navegáveis internacionais podem vir a afectar negativamente as relações entre o Banco Mundial e os beneficiários dos empréstimos, e entre os países ribeirinhos. Deste modo, o Banco Mundial atribui grande relevância a um acordo entre estes países;
- **Realojamento Involuntário** – a política do Banco Mundial refere-se à expropriação involuntária de terreno e restrições involuntárias ao acesso a parques e áreas protegidas legalmente reconhecidas. Esta política visa promover a participação da população deslocada no planeamento e implementação do realojamento, de modo a, no mínimo, recuperarem os seus rendimentos e nível de vida. A Política de Salvaguarda recomenda medidas de compensação e de realojamento, e requer que os candidatos a receberem o empréstimo elaborem um plano de realojamento adequado antes da apreciação da proposta do projecto por parte do Banco Mundial;
- **Habitats Naturais** – esta política visa assegurar que as infra-estruturas e outros projectos de desenvolvimento apoiados pelo Banco Mundial têm em consideração a conservação da biodiversidade. A política proíbe categoricamente o Banco de apoiar projectos que provoquem uma significativa perda ou degradação de um habitat natural legalmente protegido, oficialmente proposto para protecção ou sem protecção legal mas com valor elevado de conservação reconhecido. Em situações nas quais não existem alternativas razoáveis capazes de alcançar os benefícios provenientes da implementação do projecto, e em casos nos quais estão incluídas nos projectos medidas de mitigação aceitáveis.

- **Administração de Pesticidas** – os projectos para o desenvolvimento rural e para o sector da saúde devem recorrer a técnicas de administração dos pesticidas. Para projectos apoiados pelo Banco Mundial que impliquem o uso de pesticidas, o Banco deve exigir ao beneficiário do empréstimo que inclua no projecto um Plano de Administração de Pesticidas;
- **Segurança das Barragens** – este aspecto manifesta uma significativa importância ao nível social, económico e ambiental. A Política de Salvaguarda aplicada pelo Banco Mundial requer que profissionais especializados planifiquem e supervisionem a construção da barragem, assim como requer que o beneficiário do empréstimo adopte e implemente medidas de segurança. Esta política recomenda que o Banco examine, quando apropriado, juntamente com o país ao qual é facilitado o financiamento, todas as medidas necessárias para fortalecer os programas de segurança das barragens.

De acordo com o Banco Mundial, os impactos benéficos decorrentes da implementação dos projectos, têm vindo a aumentar substancialmente como resultado da consideração e aplicação destas 10 Políticas de Salvaguarda.

5 ECAS NA ACTUALIDADE

5.1 ESTUDO DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

De acordo com o estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), *Officially Supported Export Credit in a Changing World*⁴², as empresas privadas de seguro de crédito têm vindo a aumentar a sua importância e absorvido o referido mercado, ao passo que os seguros promovidos pelo governo têm registado uma diminuição nos seus valores. No entanto, os países em desenvolvimento criaram, também, as suas próprias agências, havendo actualmente um elevado número de ECAs, nunca antes registado.

Os dados cedidos pelo Fundo Monetário Internacional sugerem que a diminuição dos créditos à exportação com apoio oficial, comparativamente com o total de bens exportados, deve-se às várias crises financeiras nos mercados emergentes e, também, à capacidade de resposta por parte do sector privado em relação aos seguros de crédito no mercado a curto-prazo nos países membros da OCDE. Além da substituição dos seguros com apoio oficial pelos seguros do sector privado, no que diz respeito a operações a curto-prazo, que provocou uma redução no envolvimento governamental, também os créditos à exportação com apoio oficial têm vindo a diminuir, comparativamente com o total de bens exportados. As novas ECAs – existentes nas economias emergentes –, encontram-se numa posição contrastante, com o aumento do volume de negócios registado, embora continuem ainda relativamente baixos.

Estas alterações conduziram a mudanças no papel das ECAs, especialmente nos países desenvolvidos, levantando questões no que diz respeito à necessidade do envolvimento futuro do governo. Na base destes desenvolvimentos é apontado que esteja:

- Uma redução drástica e/ou eliminação de subsídios explícitos nos países da OCDE através do “Acordo”;
- A privatização das actividades das ECAs em países industrializados e das empresas públicas em países em desenvolvimento;
- O rápido crescimento do investimento directo estrangeiro e comércio entre empresas de países diferentes;

⁴² MANSILLA, M.; KIKUCHI, Y.; CHOUNDHURRY, S. - *Officially Supported Export Credit in a Changing World*. Fundo Monetário Internacional, 2005.

- Da crescente disponibilidade do financiamento ao comércio de fontes locais nos mercados emergentes;
- O aumento dos fornecedores de financiamento ao comércio do sector privado e aparecimento de outros novos.

O referido estudo levado a cabo pelo FMI conclui que a redução, comparativamente com o total de bens exportados, do nível de participação do apoio oficial no que respeita às exportações, irá seguir uma tendência decrescente, nos países desenvolvidos. Contudo, o sector privado, considerando os riscos de índole política difíceis de quantificar a médio e longo-prazo, está limitado a certos mercados, não se envolvendo em:

- Créditos a longo-prazo
- Projectos de grandes dimensões
- Seguros a PME
- Mercados considerados de risco
- Projectos em países de baixos rendimentos

Neste sentido, as ECAs irão preencher as falhas do mercado, dando apoio à estabilização da dívida dos países em desenvolvimento e desempenhando um papel positivo nas crises financeiras, incluindo o desempenho de funções no âmbito das políticas públicas. Mas as ECAs dos países em desenvolvimento enfrentam um problema adicional: assegurar que os recursos limitados de que dispõem são bem utilizados e que promovem o desenvolvimento económico do seu próprio país.

O referido estudo do FMI indica que a base da actividade das ECAs é a promoção das exportações nacionais, embora o foco tenha vindo a sofrer alterações, com diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento:

- **ECAs em países industrializados:** continuam a colmatar as falhas dos mercados nos quais o financiamento do sector privado é insuficiente ou indisponível mas, nos últimos anos, uma significativa parte do apoio proveniente das ECAs tem vindo a ser utilizado para assegurar a competitividade dos exportadores nacionais nos mercados globais (para competir com as ECAs estrangeiras);
- **ECAs em países em desenvolvimento:** desempenham um papel mais tradicional, incluindo nas suas actividades o seguro a créditos de curto-prazo, de apoio às suas indústrias de exportação para as lançar no mercado global. As

suas empresas são, na larga maioria dos casos, novas no mercado estrangeiro ou vêm o acesso dificultado a fontes de financiamento comerciais.

5.2 ACTIVIDADES DAS ECAS: PROJECTOS EXPOSTOS EM 2007

No Parágrafo 17 da Recomendação de 2003 e no Parágrafo 20 da Recomendação de 2007 está consagrado que o Grupo de Crédito à Exportação (GCE) da OCDE deve assegurar a divulgação pública, anual, de informação agregada, baseada nos relatórios concedidos pelos Membros. Neste sentido foi publicado o “Créditos à Exportação e Ambiente: Informação sobre os Projectos de Categoria A e de Categoria B Expostos em 2007”⁴³, que contém alguns detalhes sobre os projectos apoiados por Membros do GCE da OCDE.

Este documento é o quarto estudo semelhante publicado, e o primeiro depois da adopção da Recomendação de 2007, tendo sido acordado que este deveria conter informação mais detalhada do que acontecia no passado, nomeadamente dados específicos do projecto. Por questões de confidencialidade comercial, no seguimento da legislação nacional, alguns Membros não podem divulgar os volumes dos projectos individuais. Visto isto, quando o montante apoiado oficialmente pode ser identificado, são usados valores aproximados através de “escalões de volumes”⁴⁴.

5.2.1 NÚMERO, VOLUME E DISTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS

Foram recebidos relatórios dos compromissos finais de projectos de Categoria A e de Categoria B, em 2007, por parte de 27 dos 29 Membros do GCE⁴⁵, no entanto, 6 ECAs⁴⁶ afirmaram que não assumiram compromissos, em 2007, em relação a projectos que se incluíam no âmbito das Recomendações da OCDE, que tenham sido classificados de Categoria A ou de Categoria B. Visto isto, 21 ECAs concederam

⁴³ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT00007FFE/\\$FILE/JT03261668.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT00007FFE/$FILE/JT03261668.PDF)

⁴⁴ Os escalões de volumes usados são, em milhões de SDR: <10, 10-25, 25-50, 50-100, 100-250, 250-500, 500-1000, 1000-2000 e >2000.

⁴⁵ A Irlanda e a Nova Zelândia: o primeiro não possui programas de crédito à exportação com apoio oficial e o segundo não atribuiu nenhum apoio ao crédito à exportação.

⁴⁶ Grécia, Luxemburgo, México, Polónia, República Eslovaca e Turquia.

informações sobre 130 projectos de Categoria A e de Categoria B, num volume total de 9.87 mil milhões de SDR⁴⁷.

Na Tabela 2 está presente o número de projectos bem como os respectivos montantes, entre 2002⁴⁸ e 2007. Deste modo, é possível verificar que em 2007 o total do número de projectos atingiu o valor mais baixo desde 2002. Quanto aos montantes a situação é um pouco diferente, visto que aumentaram em 2007 relativamente ao ano anterior, embora se encontrem significativamente abaixo dos valores registados em 2005.

Tabela 2: Número e Volume de Projectos de Categoria A e de Categoria B Divulgados entre 2002-2007

	Categoria A		Categoria B		Total	
	Número	Volume (mil milhões SDR)	Número	Volume (mil milhões SDR)	Número	Volume (mil milhões SDR)
2002	49	4.06	88	5.56	137	9.62
2003	52	4.24	80	2.88	132	7.11
2004	55	6.48	99	4.63	154	11.12
2005	48	5.62	144	6.53	192	12.16
2006	38	3.82	134	5.65	172	9.48
2007	36	5.74	94	4.12	130	9.87
Total	278	29.97	639	29.38	917	59.35

Fonte: OCDE

Através da seguinte Tabela 3⁴⁹ é possível constatar que a Alemanha apresentou o mais elevado número de projectos de Categoria A e de Categoria B – 30 em 130 –, seguida pela Itália -13 projectos –, Áustria, Dinamarca e França – 9. Em relação aos montantes foi a Coreia que se destacou tendo registado 2.07 mil milhões de SDR em projectos de Categoria A e de Categoria B, seguida pela Alemanha, com 1.79 mil milhões, e os EUA com 1.35 mil milhões de SDR.

⁴⁷ SDR: Direitos Especiais de Saque – actualmente 1 SDR = €1.12.
Actualização disponível em: http://www.imf.org/external/np/fin/data/rms_five.aspx

⁴⁸ Ano em que se iniciaram os relatórios.

⁴⁹ Os números em itálico são “escalões de volumes”, servindo o objectivo de preservar a confidencialidade.

Tabela 3: Número e Volume de Projectos de Categoria A e de Categoria B Divulgados em 2007

	Categoria A		Categoria B		Total	
	Número	Volume (milhões SDR)	Número	Volume (milhões SDR)	Número	Volume (milhões SDR)
Alemanha	6	339.66	24	1448.20	30	1787.86
Austrália	1	<i>50-100</i>	-	-	1	<i>50-100</i>
Áustria	3	315.30	6	216.90	9	532.20
Bélgica	0	-	3	114.60	3	114.60
Canadá	2	408.50	0	-	2	408.50
Coreia	3	2072.22	-	-	3	2072.22
Dinamarca	1	<i>50-100</i>	8	279.30	9	<i>250-500</i>
Espanha	3	103.72	5	109.03	8	212.75
EUA	4	834.87	2	528.92	6	1363.79
Finlândia	2	223.20	1	<i>10-25</i>	3	<i>100-250</i>
França	-	-	9	221.10	9	221.10
Hungria	-	-	1	<i>10-25</i>	1	<i>10-25</i>
Holanda	2	247.85	3	346.54	5	594.39
Itália	2	461.64	11	168.77	13	630.42
Japão	1	<i>10-25</i>	3	237.74	4	<i>250-500</i>
Noruega	1	<i>100-250</i>	1	<i>25-50</i>	2	266.10
Portugal	-	-	4	73.21	4	73.21
Rep. Checa	-	-	4	235.61	4	235.61
Suécia	3	137.25	3	16.10	6	153.35
Suiça	2	181.00	-	-	2	181.00
Reino Unido	-	-	4	15.90	4	15.90
Não divulgado	-	-	2	34.00	2	34.00
Total	36	5742.86	94	4124.41	130	9867.26

Fonte: OCDE

Em 2007, o número de projectos classificados de Categoria A apresentou-se o mais baixo desde 2002. Nesta Categoria foi a Alemanha que mais se destacou, encontrando-se envolvida em 6 do total de 36 projectos. Os EUA situam-se logo a seguir com 4 projectos, e a Áustria, Coreia, Espanha e Suécia com 3 cada um. Quanto aos volumes transaccionados a situação verifica-se um pouco diferente: a Coreia situa-se no lugar cimeiro apresentando valores na ordem dos 2.07 mil milhões SDR, seguido

pelos EUA com 835 milhões e pela Itália com 462 milhões. É de salientar ainda que os montantes envolvidos em projectos de Categoria A registaram, em 2007, os valores mais elevados desde 2004⁵⁰.

Também o número de projectos classificados de Categoria B continua a diminuir mas, neste caso, desde 2005 – ano em que se registaram os valores mais elevados. A Alemanha registou o maior número de projectos de Categoria B, assim como de Categoria A como já referido, encontrando-se a apoiar 24 dos 94 projectos. Em segundo lugar está Itália que apoia 11, e em terceiro França que apoia 9 projectos. Contrariamente ao que ocorreu com os projectos de Categoria A, o volume total de montantes dos projectos de Categoria B diminuiu 27% em relação aos valores apresentados em 2006. Também neste aspecto a Alemanha se destacou apoiando valores na ordem de 1.45 mil milhões SDR, seguida pelos EUA com um valor significativamente inferior, com 529 milhões, e pela Holanda, com 347 milhões SDR.

5.2.2 ANÁLISE POR PAÍS ANFITRIÃO: NÚMERO E VOLUME

Em 2007, os projectos de Categoria A situavam-se em 20 países, sendo que um, Turquia, é um país da OCDE. Já os projectos de Categoria B encontravam-se em 36 países, 6 deles países Membros da OCDE – Hungria, México, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido. Quanto ao número de projectos de Categoria A desenvolvidos, por país anfitrião, foi a Turquia o país que registou o maior número, contabilizando 5 projectos, seguida pela Índia com 4, e pela Macedónia e pela Arábia Saudita com 3 projectos cada. Em relação aos montantes envolvidos os 3 países com os valores mais altos foram, por esta ordem, Arábia Saudita (2.38 mil milhões SDR), Índia (797 milhões SDR) e Turquia (582 milhões SDR).

Quanto aos projectos de Categoria B registaram-se em maior número na Federação Russa – 20 projectos - , representando 28% do volume de todos os projectos, Turquia – 9 projectos – e Ucrânia – 7 projectos. No que respeita ao volume de montantes a ordem foi a seguinte: Federação Russa, com 1.12 mil milhões SDR, Turquia, com 501 milhões e Singapura com 496 milhões SDR.

⁵⁰ Tabela 2

5.2.3 ANÁLISE SECTORIAL: NÚMERO, DISTRIBUIÇÃO E VOLUME DOS PROJECTOS

Categoria A

Nos relatórios apresentados em 2007 é revelado que a grande maioria dos projectos de Categoria A centra-se em 2 sectores – Manufatura e Energia –, como é possível verificar através da Tabela 4. A distribuição dos projectos de Categoria A por Membro está presente na Tabela 5.

Tabela 4: Número de projectos de Categoria A por Sector em 2007

Manufatura 14 projectos 39%	<ul style="list-style-type: none">- 3 centrais siderúrgicas- 1 fábrica de cimento- 3 projectos químicos- 1 fábrica de fertilizante- 2 fábricas de celulose- 4 centrais de alumínio
Energia 14 projectos 39%	<ul style="list-style-type: none">- 2 centrais de carvão- 2 projectos de transmissão /distribuição eléctrica- 2 projectos de produção energética com gás- 5 central hidroeléctricas- 1 central de produção energética com petróleo- 1 projecto de produção de energia (fonte não-renovável)- 1 projecto de produção de energia (fonte renovável)
Extracção Mineira 5 projectos 14%	<ul style="list-style-type: none">- 3 projectos de extracção mineira (2 carvão, 1 cobre)- 2 projectos petrolíferos e de gás

Transporte e Telecomunicações 2 projectos 6%	- 1 projecto de transporte ferroviário - 1 projecto de armazenamento
Outros 1 projecto 3%	- 1 projecto de prevenção/controlo de inundações

Tabela 5: Número de Projectos de Categoria A por Membro e por Sector em 2007

Membro (Nº de projectos)	Manufatura 14 projectos	Energia 14 projectos	Extracção Mineira 5 projectos	Transporte e Telecomunicações 2 projectos	Construção e Água 0 projectos	Outros 1 projecto
Alemanha	1	2	3	-	-	-
Austrália	1	-	-	-	-	-
Áustria	-	2	-	1	-	-
Canadá	2	-	-	-	-	-
Coreia	2	1	-	-	-	-
Dinamarca	1	-	-	-	-	-
Espanha	1	2	-	-	-	-
EUA	1	1	1	1	-	-
Finlândia	2	-	-	-	-	-
Holanda	-	1	-	-	-	1
Itália	1	-	1	-	-	-
Japão	-	1	-	-	-	-
Noruega	1	-	-	-	-	-
Suécia	1	2	-	-	-	-
Suiça	-	2	-	-	-	-

Fonte: OCDE

Categoria B

Através dos dados fornecidos em 2007 é possível verificar que os projectos de Categoria B se centraram especialmente num sector: Manufatura. A Tabela 6 esclarece quanto à distribuição sectorial dos projectos de Categoria B.

Tabela 6: Número de projectos de Categoria B por Sector em 2007

Manufatura 54 projectos 57%	<ul style="list-style-type: none">- 3 projectos na indústria agrícola- 24 projectos na indústria siderúrgica- 6 fábricas de cimento- 6 centrais químicas- 7 projectos na indústria da celulose- 2 projectos de engenharia- 2 projectos de desenvolvimento industrial- 4 projectos na indústria de equipamento de transportes
Energia 13 projectos 14%	<ul style="list-style-type: none">- 1 projecto de produção de energia com biomassa- 1 projecto de transmissão /distribuição eléctrica- 3 centrais de produção energética com gás- 1 projecto de distribuição de gás- 1 central petrolífera- 2 projectos de produção de energia (fonte não-renovável)- 4 projectos de produção de energia eólica
Extracção Mineira 7 projectos 7%	<ul style="list-style-type: none">- 1 projecto de extracção de metais ferrosos- 3 projectos de extracção de materiais industriais- 1 projecto de extracção de metais preciosos- 2 projectos petrolíferos e de gás

Transporte e Telecomunicações 9 projectos 10%	- 4 projectos de transporte ferroviário - 5 projectos de transporte rodoviário
Construção e Água 8 projectos 9%	- 5 projectos de construção - 1 projecto de desenvolvimento de rio - 2 projectos de abastecimento de água e saneamento
Outros 3 projectos 3%	- 2 projectos de nutrição básica - 1 projecto cultural e recreativo

Fonte: OCDE

A seguinte Tabela 7 mostra os números relativamente à disposição de projectos de Categoria B por Membro e por Sector. É de fácil constatação que a larga maioria dos Membros apoia projectos em vários sectores, encontrando-se estes relativamente bem distribuídos com a excepção do sector da Manufatura no qual a Alemanha conta com 16 projectos, a Itália com 8, a Áustria com 6 e o Reino Unido com 4 projectos.

Tabela 7: Número de Projectos de Categoria B por Membro e por Sector em 2007

Membro (Nº de projectos)	Manufatura 54 projectos	Energia 13 projectos	Extracção Mineira 7 projectos	Transporte e Telecomunicações 9 projectos	Construção e Água 8 projectos	Outros 3 projectos
Alemanha	16	1	3	3	1	-
Áustria	6	-	-	-	-	-
Bélgica	2	-	-	-	1	-
Dinamarca	3	3	-	-	-	2
Espanha	-	2	-	1	2	-
EUA	1	-	1	-	-	-
Finlândia	1	-	-	-	-	-
França	5	2	-	1	1	-
Holanda	1	-	-	1	1	-
Hungria	-	-	-	-	1	-
Itália	8	-	3	-	-	-

Japão	2	1	-	-	-	-
Noruega	-	1	-	-	-	-
Portugal	-	-	-	2	1	1
Suécia	2	1	-	-	-	-
República Checa	2	1	-	1	-	-
Reino Unido	4	-	-	-	-	-
Não divulgados	1	1	-	-	-	-

Fonte: OCDE

Quanto ao volume total dos projectos expostos em 2007, é possível destacar o seguinte:

Categoria A

O volume total de projectos de Categoria A referidos em 2007 conta com 5.74 mil milhões SDR. Mais uma vez é o sector da Manufatura que se destaca, compreendendo valores na ordem dos 2.80 mil milhões SDR. Quanto aos volumes dos projectos de Categoria A distribuídos por Membro e por Sector é possível verificar que a Coreia é o maior apoiante em termos de montantes nos sectores da Manufatura e da Energia, como demonstrado pela Tabela 8⁵¹.

Tabela 8: Volume dos Projectos de Categoria A por Membro e por Sector em 2007

Membro	Manufatura 2 803 milhões SDR	Energia 1 743 milhões SDR	Extracção Mineira 831 milhões SDR	Transporte e Telecomunicações 100-250 milhões SDR	Construção e Água 0 milhões SDR	Outros 100-250 milhões SDR
Alemanha	<i>50-100</i>	<i>100-250</i>	<i>25-50</i>	-	-	-
Austrália	<i>50-100</i>	-	-	-	-	-
Áustria	-	<i>250-500</i>	-	<i>25-50</i>	-	-
Canadá	<i>250-500</i>	-	-	-	-	-
Coreia	<i>1000-2000</i>	<i>500-1000</i>	-	-	-	-
Dinamarca	<i>50-100</i>	-	-	-	-	-
Espanha	<i>50-100</i>	<i>25-50</i>	-	-	-	-
EUA	<i>250-500</i>	<i>10-25</i>	<i>250-500</i>	<i>100-250</i>	-	-
Finlândia	<i>100-250</i>	-	-	-	-	-
Holanda	-	<i>10-25</i>	-	-	-	<i>100-250</i>

⁵¹ Os números em itálico são “escalões de volumes”, servindo o objectivo de preservar a confidencialidade.

Itália	<10	-	250-500	-	-	-
Japão	-	10-25	-	-	-	-
Noruega	100-250	-	-	-	-	-
Suécia	50-100	50-100	-	-	-	-
Suiça	-	100-250	-	-	-	-

Fonte: OCDE

Categoria B

No que respeita aos projectos de Categoria B o seu volume total atingiu os 4.12 mil milhões SDR, estando distribuídos pelos vários sectores, sendo que a Alemanha registou os valores mais elevados nos sectores da Manufatura e da Construção e Água, como demonstrado pela Tabela 9.

Tabela 9: Volume de Projectos de Categoria B por Membro e por Sector em 2007

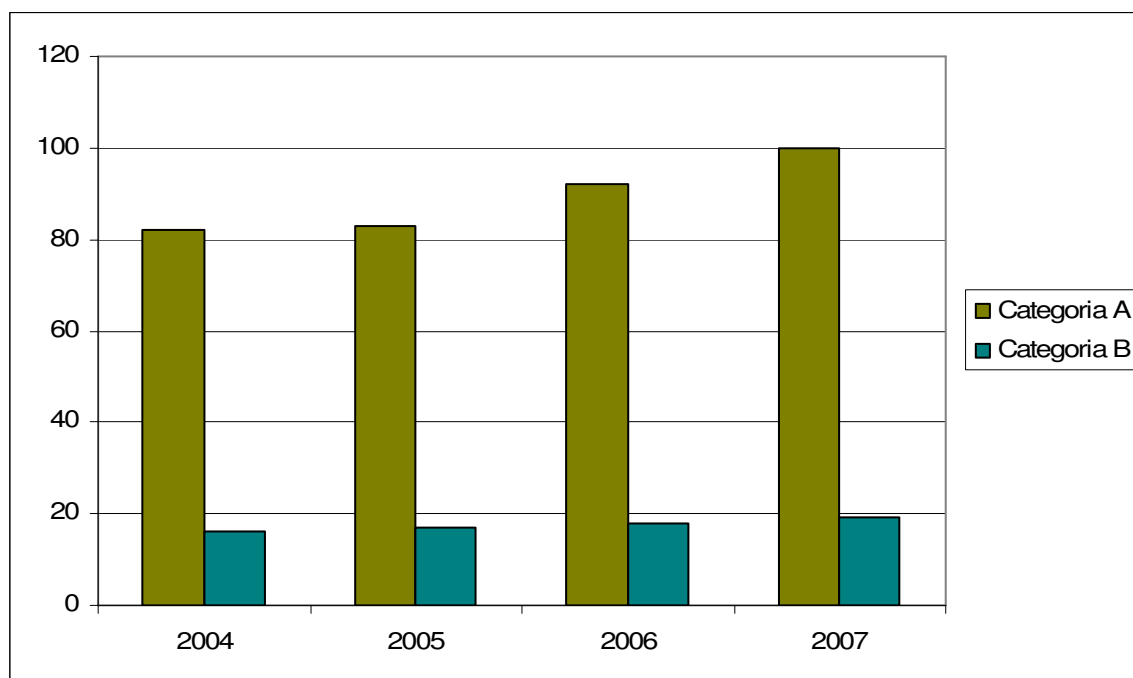
Membro	Manufatura 2 567 milhões SDR	Energia 479 milhões SDR	Extracção Mineira 331 milhões SDR	Transporte e Telecomunicações 386 milhões SDR	Construção e Água 335 milhões SDR	Outros 27 milhões SDR
Alemanha	500-1000	10-25	100-250	100-250	100-250	-
Áustria	100-250	-	-	-	-	-
Bélgica	25-50	-	-	-	50-100	-
Dinamarca	100-250	100-250	-	-	-	10-25
Espanha	-	50-100	-	-	-	-
EUA	250-500	-	100-250	-	-	-
Finlândia	10-25	-	-	-	-	-
França	100-250	25-50	-	50-100	10-25	-
Holanda	250-500	-	-	50-100	10-25	-
Hungria	-	-	-	-	10-25	-
Itália	100-250	-	25-50	-	-	-
Japão	100-250	100-250	-	-	-	-
Noruega	-	25-50	-	-	-	-
Portugal	-	-	-	25-50	10-25	10-25
Suécia	10-25	<10	-	-	-	-
República Checa	50-100	50-100	-	50-100	-	-
Reino Unido	10-25	-	-	-	-	-
Não divulgados	10-25	10-25	-	-	-	-

Fonte: OCDE

5.2.4 TIPOLOGIA DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL ANALISADA

De acordo com o Parágrafo 9 da Recomendação de 2007 os Membros devem solicitar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para todos os projectos classificados de Categoria A. Neste sentido foram concretizados os EIA para todos os 36 projectos. No caso dos projectos de Categoria B apenas foram executados EIA em 18 dos 94 projectos. Nos restantes projectos a maioria das ECAs-Membros levaram a cabo a sua própria avaliação ambiental, com base em detalhes do projecto, a sua implementação, localização e impacto, informações ambientais concedidas por outra IFI, entre outras. No gráfico seguinte é possível observar a evolução no que respeita à aplicação dos EIA nos projectos de Categoria A e de Categoria B entre 2004 e 2007.

Gráfico 1: Evolução na aplicação dos EIA (2004-2007)



Fonte: OCDE

5.2.5 PADRÕES APLICADOS

De acordo com os relatórios de actividades das ECAs-Membros todos os 36 projectos de Categoria A foram comparados com os padrões internacionais e apenas 3⁵² não se encontravam em conformidade com os padrões, embora se desse continuidade ao apoio. Em relação aos projectos de Categoria B apenas 4 não foram

⁵² Um projecto da Áustria e dois da Finlândia.

confrontados com os padrões internacionais, e dos restantes 90 só 3 projectos não estavam em concordância, embora o apoio se mantivesse.

5.2.6 ASPECTOS DECISIVOS AO NÍVEL AMBIENTAL

No que concerne aos aspectos mais importantes na análise ambiental de projectos de Categoria A e de Categoria B as respostas por parte dos Membros foram diversificadas, constando aqui alguns exemplos:

- Emissões, incluindo gases de efeito estufa e outras questões relativas à qualidade do ar, descargas e qualidade da água, formação de desperdício e níveis de ruído;
- Impactos nos recursos naturais, incluindo na fauna e flora;
- Factores sociais e sócio-económicos do projecto tais como circulação, segurança e impactos no estilo de vida tradicional da população local;
- Realojamento, incluindo indemnizações, restauração do estilo de vida e partilha dos benefícios provenientes da materialização do projecto;
- Propriedade cultural e alterações paisagísticas;
- Consumo de água e de energia;
- Especificidades dos projectos, tais como a segurança das barragens, uso de terras e gestão de materiais perigosos;
- Aspectos positivos como a redução das emissões, incremento da eficiência e impulso para a economia nacional.

5.2.7 CONDIÇÕES IMPOSTAS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO OFICIAL

Categoria A

Através da análise dos relatórios fornecidos pelas ECAs-Membros é revelado que 24 dos 36 projectos de Categoria A foram alvo de condições adicionais ao nível ambiental para a obtenção do apoio oficial. Relativamente às Condições aplicadas na fase anterior à efectiva atribuição do apoio geralmente centram-se na submissão de relatórios, tais como Planos de Administração Ambiental e de Monitorização, Planos de

Administração Ambiental e Social, e relatórios dos EIA. Já em relação às Condições impostas na fase após a atribuição do apoio são de salientar as seguintes:

- Concordância com os padrões internacionais especificados, leis ambientais, recomendações dos relatórios relacionados com os projectos;
- Consulta de auditores independentes, ao nível das questões ambientais e sociais;
- Obrigatoriedade de reportar os incidentes ambientais;
- Monitorização independente do projecto e submissão de relatórios de monitorização;
- Monitorização e acesso ao local pela ECA.

Categoria B

No que refere aos projectos de Categoria B, as Condições adicionais impostas no sentido da obtenção do apoio oficial revelam-se menos específicas ou menos rígidas do que as usadas nos projectos de Categoria A. Os dados mostram que apenas 14 dos 94 projectos foram alvo das Condições adicionais. A seguir constam alguns exemplos das mesmas:

- Submissão de determinados relatórios, tais como o Plano de Administração Ambiental e Plano de Resposta à Emergência;
- Acordos visando assegurar concordância com as recomendações do EIA;
- Declaração confirmando concordância com os padrões internacionais especificados.

6 REACÇÃO DAS ECAS-MEMBROS À RECOMENDAÇÃO DA OCDE

Após a implementação da Recomendação Revista para uma Abordagem Comum sobre o Ambiente e Créditos à Exportação com Apoio Oficial, adoptada pelo Conselho a 12 de Junho de 2007, a OCDE publicou uma análise intitulada *Análise da Reacção dos Estados-Membros à Revisão sobre o Ambiente e os Créditos à Exportação com Apoio Oficial*, que data de 4 de Junho de 2009⁵³.

Esta análise, obtida através do preenchimento por parte dos Membros de um questionário que aborda vários temas, revela os procedimentos e práticas levadas a cabo por estes no que respeita à aplicação das considerações ambientais quando é concedido apoio oficial aos créditos à exportação, à luz da revisão de 2007 da Recomendação. Este documento serve o objectivo de direccionar o desenvolvimento do trabalho dos Especialistas Ambientais no seio do GCE, no sentido de melhorarem a aplicação da última revisão da Recomendação.

A referida análise é a primeira que se baseia na Recomendação de 2007. Visto isto, esta análise é mais inclusiva do que as anteriores – formuladas partindo da Recomendação de 2003, posteriormente substituída pela revisão de 2005 – e facilita informações mais detalhadas sobre as acções dos Membros.

O documento foi formulado a partir de informações/respostas de 27 Membros do Grupo de Crédito à Exportação (GCE), num total de 30 ECAs-Membros. Irlanda e México, os restantes países Membros do GCE, não apresentaram relatórios, o primeiro país não manifesta um programa de relevante de apoio oficial aos créditos à exportação, e o México não revela uma procura significativa no que respeita à cobertura de créditos a médio e longo-prazo, não tendo, portanto, nada de substancial a relatar. Além do já referido, ambas as ECAs da Hungria, Japão e Coreia expuseram as suas actividades para análise separadamente. A Grécia, por seu turno, não respondeu na totalidade à avaliação, cingindo-se apenas aos Princípios Gerais e ao Estudo e Classificação de Projectos, alegando que, devido à sua falta de experiência no âmbito de candidaturas de projectos com potencial impactos ambientais, não estabeleceu ainda as medidas a implementar no seio das actividades da sua ECA, necessárias para alcançar os objectivos da Recomendação de 2007.

A Análise concede informações detalhadas em sete segmentos principais: Princípios Gerais; Estudo e Classificação de Projectos; Avaliação Ambiental; Avaliação, Decisão e Monitorização; Troca e Divulgação de Informação; Cumprimento e Monitorização da Recomendação; e Outros Comentários. Em cada um destes

⁵³ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT0000B11E/\\$FILE/JT03266005.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT0000B11E/$FILE/JT03266005.PDF)

segmentos são colocadas questões, por item, às ECAs-Membros, como demonstrado a seguir.

6.1 ESTUDO E CLASSIFICAÇÃO DE PROJECTOS

a. Excepções

Baseado na Recomendação, o Estudo e Classificação de Projectos devem ser aplicados a todas as propostas para créditos à exportação com apoio oficial cujos termos de pagamento sejam de 2 ou mais anos. 26 ECAs-Membros declararam que todas as propostas foram alvo de estudo, e 4 ECAs-Membros afirmaram que nem todas as propostas foram examinadas de acordo com o disposto na Recomendação: a KEIC da Coreia e a NZECO da Nova-Zelândia não estudam as propostas cujos montantes não ultrapassem, respectivamente, os 11 180 milhões de Euros e os 20 milhões de Dólares Neozelandeses; a ECA espanhola não aplica a Recomendação no que respeita a candidaturas a Obrigações; e no Reino Unido os sectores da aviação e da defesa são alvo de requerimentos particulares.

b. Informação solicitada

A Recomendação não refere qualquer tipo de informação que deveria ser solicitada para o processo de Estudo, recaindo sobre as ECAs-Membros a escolha do mesmo. Neste sentido, a ECA grega declara não possuir uma política específica em relação à informação requisitada, assumindo que o Estudo faz parte do processo de aprovação levado a cabo pelos consultores externos, 11 ECAs⁵⁴ requerem um formulário de proposta, outras 11 ECAs⁵⁵ solicitam um questionário ambiental, ao passo que 7 ECAs reclamam outras informações partindo de uma análise de caso-a-caso: as ECAs da Áustria, Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia requerem informações do projecto, ao nível ambiental e outras informações; a ECA canadiana distingue o tipo de informação solicitada dependendo da natureza da transacção – médio e longo-prazo ou curto prazo; a ECA alemã solicita um memorando dos projectos acima do montante estipulado e formulários específicos para determinados sectores; a Eximbank da Coreia requer o EIA, se disponível.

⁵⁴ Áustria, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América.

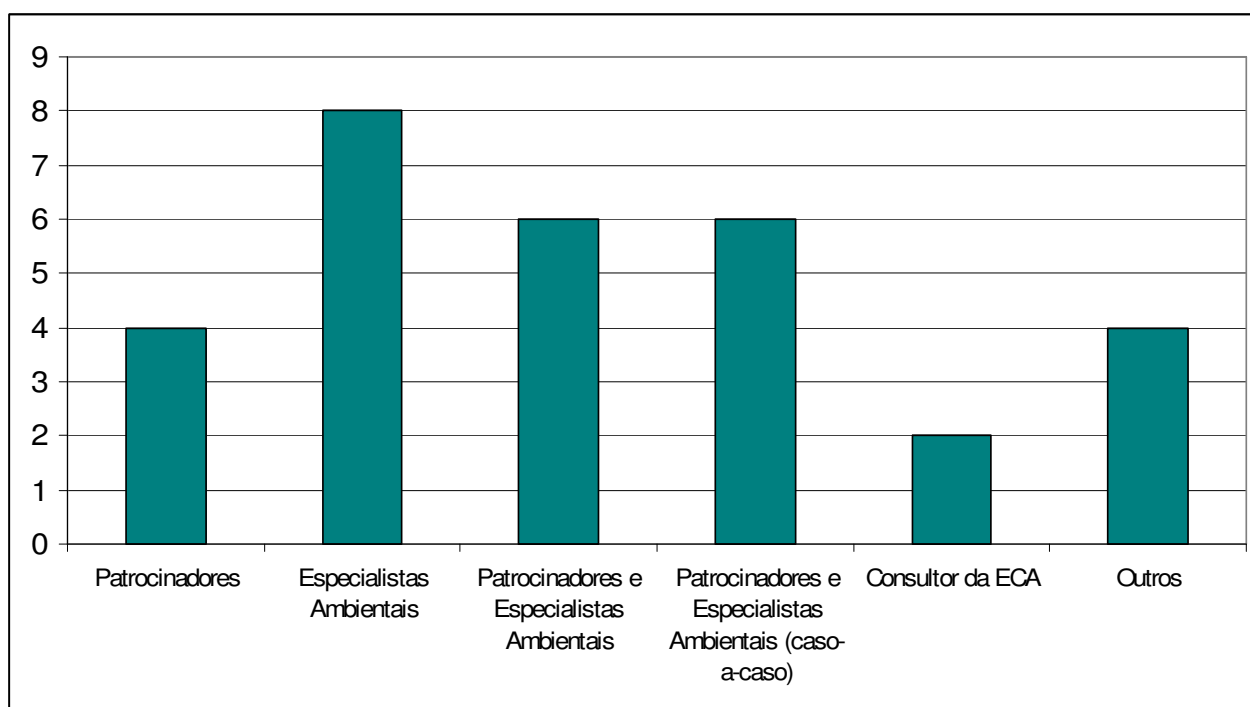
⁵⁵ República Checa, França, Eximbank e MEHIB da Hungria, JBIC e NEXI do Japão, KEIC da Coreia, Polónia, República Eslováquia, Espanha e Turquia.

c. Responsabilidades

No parágrafo 4 da Recomendação de 2007 está consagrado o dever, relativamente a todas as partes envolvidas na proposta, de assegurar a facultação de informação necessária no sentido de levar a cabo o seu estudo. Neste contexto 23 ECAs-Membros declararam que, na generalidade das situações, coube à parte candidata ao apoio fornecer a informação, 2 ECAs – Coreia KEIC e a da Nova Zelândia – afirmaram que o patrocinador do projecto foi o responsável, na maioria dos casos, pela disponibilização da informação. As restantes 5 ECAs-Membros – Canadá, Dinamarca, Eximbank da Coreia, Espanha e Turquia –, afirmaram que, de forma geral, foi adoptado um critério caso-a-caso, tendo a responsabilidade incidido sobre as várias partes envolvidas no projecto.

No que refere à responsabilidade do estudo da proposta esta pode recair sobre diversas entidades, ficando a designação ao critério de cada ECA, dado que não existem referências na Recomendação de 2007 relativamente a esta questão. No Gráfico 2 é mostrado quem é responsável pelo estudo das propostas⁵⁶.

Gráfico 2: Responsáveis pelo estudo das candidaturas



Fonte: OCDE

⁵⁶ “Outros” refere-se a diferentes responsáveis pelo estudo das candidaturas – Canadá, Eximbank e MEHIB da Hungria, e Luxemburgo.

d. Calendarização

Na Recomendação de 2007, no parágrafo 4, está consagrado o seguinte: “o estudo [da proposta] deverá ter lugar o mais cedo possível no processo de avaliação de risco”. 27 ECAs-Membros afirmaram realizar o estudo da proposta seguindo o parecer da Recomendação ou na recepção de candidaturas completas, incluindo qualquer informação ambiental necessária. A ECA dinamarquesa declarou que o estudo ocorre quando o patrocinador (normalmente banco de investimento – entre o que requisita o seguro e o investidor) determina que existe uma forte probabilidade de se vir a verificar a concretização da transacção. A ECA australiana efectua o estudo antes de considerar a oferta de apoio e a ECA grega, por seu turno, antes de garantir o risco.

e. Âmbito e Critério de Estudo

A Recomendação de 2007 atesta que no processo de estudo da proposta os “Membros devem, quando apropriado, ter em atenção todas as operações associadas à concretização do projecto, tendo em consideração o momento apropriado e a localização da construção das situações identificadas”. Neste sentido as ECAs-Membros afirmaram considerar as operações necessárias para levar a cabo o projecto seguindo um critério de caso-a-caso, tendo em atenção factores como os direitos de propriedade, relações técnicas e financeiras, a natureza das operações associadas, incluindo inputs e outputs, os potenciais impactos ambientais, bem como a conjuntura apropriada e a localização da construção do projecto. 4 ECAs-Membros – da Áustria, da Austrália, da Finlândia e dos Estados Unidos – indicam que as suas considerações relativamente às operações associadas à execução do projecto podem ter impacto nas decisões relativas ao âmbito do projecto, a sua categorização e o estudo ambiental.

Um outro aspecto considerado pela Análise é a adopção de uma abordagem específica no estudo das propostas, por parte das ECAs-Membros, em casos de: co-seguro/co-financiamento com outras ECAs ou com Instituições Financeiras Internacionais, re-seguro como ECA-mentora, e re-seguro como re-seguradora. No que concerne às práticas levadas a cabo pelas ECAs-Membros, nas situações acima referidas, a Recomendação de 2007 não aponta qualquer norma. No entanto, na Recomendação consta o seguinte: “Membros promotores das exportações que consistam em apenas uma pequena parte do projecto, ou em situações de re-seguro, podem ter em consideração o estudo levado a cabo por outro Membro, por uma Instituição Financeira Internacional, ou por uma Agência para o Desenvolvimento Membro...”.

Em situações de co-seguro / co-financiamento:

- cerca de 10% das ECAs afirmam ter confiado em outra ECA ou numa Instituição Financeira Internacional;
- cerca de 25% das ECAs tomaram em consideração outra ECA ou uma Instituição Financeira Internacional;
- cerca de 65% das ECAs conduziram o seu próprio estudo.

Em situações de re-seguro (como ECA líder):

- cerca de 10% das ECAs responderam “não-aplicável”;
- cerca de 3% das ECAs responderam que seguiram outras práticas de estudo que não se enquadram em qualquer dos outros grupos;
- cerca de 87% das ECAs conduziram o seu próprio estudo.

Em situações de re-seguro (como re-seguradora):

- cerca de 10% das ECAs responderam “não-aplicável”;
- cerca de 28% das ECAs conduziram o seu próprio estudo
- cerca de 30% das ECAs tomaram em consideração outra ECA ou uma Instituição Financeira Internacional;
- cerca de 32% das ECAs confiaram em outra ECA ou numa Instituição Financeira Internacional.

f. Operações Existentes, Novos Projectos e Outras Exportações

A Recomendação de 2007 declara que o estudo deverá identificar as exportações de bens e serviços para as operações existentes⁵⁷ e para os projectos⁵⁸. Neste ponto a análise pretende obter informações a cerca do modo como as ECAs-Membros estudam as propostas, visando a identificação das exportações de bens e serviços para as operações existentes, ou para projectos, ou para situações em que não se enquadram na designação de “operações existentes” nem de “projectos”.

As ECAs-Membros afirmaram que o estudo destas propostas baseia-se nas informações concedidas pelos candidatos e na documentação do estudo em conjunto com questões de acompanhamento e pesquisa independente. Ou seja, é usado o mesmo processo de estudo para todas as propostas, visando identificar o destino dos

⁵⁷ “Operações existentes” são todas as identificáveis operações que não provocam qualquer alteração material.

⁵⁸ “Projectos” são todos os novos empreendimentos comerciais, industriais ou infraestruturais em uma localização identificada, ou todas as identificáveis operações existentes que provocam alterações materiais.

bens ou serviços exportados e os seus potenciais impactos ambientais – operações existentes ou novos projectos.

A KEIC da Coreia e a ECA turca afirmaram ainda que requisitaram o contrato de exportação, para novos projectos ou para operações existentes. Além disto a ECA turca atesta que após a aprovação da transacção, a candidatura é verificada em relação à documentação alfandegária.

g. Sistema de Classificação

De acordo com a Recomendação de 2007 as ECAs-Membros devem enquadrar os projectos em uma de três Categorias: A, B ou C.

Todos os Membros declararam usar as mesmas três Categorias referidas na Recomendação, no entanto cinco ECAs afirmaram ter um sistema interno adicional de categorização para determinadas tipologias de propostas⁵⁹. As cinco ECAs-Membros foram:

- Finlândia e Espanha: as exportações para operações existentes, ou para casos em que não sejam operações existentes nem projectos, os quais não são classificados de acordo com a Recomendação de 2007, são designados como “não-projectos”;
- Alemanha: duas categorias são usadas apenas para identificar ao nível interno determinados projectos a curto-prazo, e exportações para operações existentes sem alterações materiais;
- A JBIC do Japão: Categoria FI para projectos onde o financiamento é fornecido a um intermediário financeiro, e para os sub-projectos que possuem um grande potencial de impacto ao nível ambiental;
- Suécia: outro tipo de exportações, como camiões para um retalhista, uma bomba para uma barragem para produção de água potável, entre outros (e.g. exportações que não são nem operações existentes nem projectos).

h. Âmbito de Classificação

A Recomendação de 2007 consagra que as candidaturas para exportações para operações existentes, que não provocam qualquer alteração material, podem não

⁵⁹ Conferir Questão 13 da Recomendação de 2007 para detalhes sobre o objectivo da categorização interna.

ser classificadas. Contudo, não há referências quanto ao modo de acção em transacções que não consistam em operações existentes nem em projectos.

No que concerne às propostas para exportações para operações existentes:

- 23 ECAs-Membros classificam este tipo de propostas usando a classificação indicada no Parágrafo 6 da Recomendação. 2 delas – República Checa e República Eslovaca – classificam-nas, na maioria das situações, como Categoria C.
- 3 ECAs-Membros por vezes classificam este tipo de propostas de acordo com o Parágrafo 6 da Recomendação: França e Espanha, em casos em que existam significativos impactos ambientais ou sociais e Finlândia, em casos em que as operações existentes se encontrem num local sensível ou perto do mesmo.
- 4 ECAs-Membros, Canadá, Alemanha, Itália e Turquia, não seguem o padrão de classificação presente no Parágrafo 6 da Recomendação de 2007. A Alemanha afirmou que nestes casos classifica as propostas única e exclusivamente para fins internos.

Relativamente às propostas para exportações cujo destino não é para uma operação existente nem para um projecto:

- 13 ECAs-Membros⁶⁰ seguem o disposto no Parágrafo 6 da Recomendação de 2007. 6 destas, JBIC e NEXI do Japão, KEIC da Coreia, Noruega, República Eslovaca e EUA, afirmam que classificam este tipo de exportações como Categoria C.
- 3 ECAs-Membros seguem ocasionalmente a Recomendação: França, na eventualidade de existirem impactos significativos ao nível social e/ou ambiental; Finlândia, adopta um sistema de estudo de caso-a-caso; Suíça, se os bens e/ou os serviços possuírem um elevado potencial de impacto.
- 14 ECAs-Membros⁶¹ não classificam as propostas, que envolvam exportações desta natureza, de acordo com a Recomendação de 2007. Destas, Espanha e Suécia declararam identificar este tipo de propostas recorrendo a uma categorização para fins internos apenas.

⁶⁰ Austrália, República Checa, Dinamarca, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank e KEIC da Coreia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, República Eslovaca, Reino Unido e EUA.

⁶¹ Áustria, Bélgica, Canadá, Alemanha, Grécia, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia e Turquia.

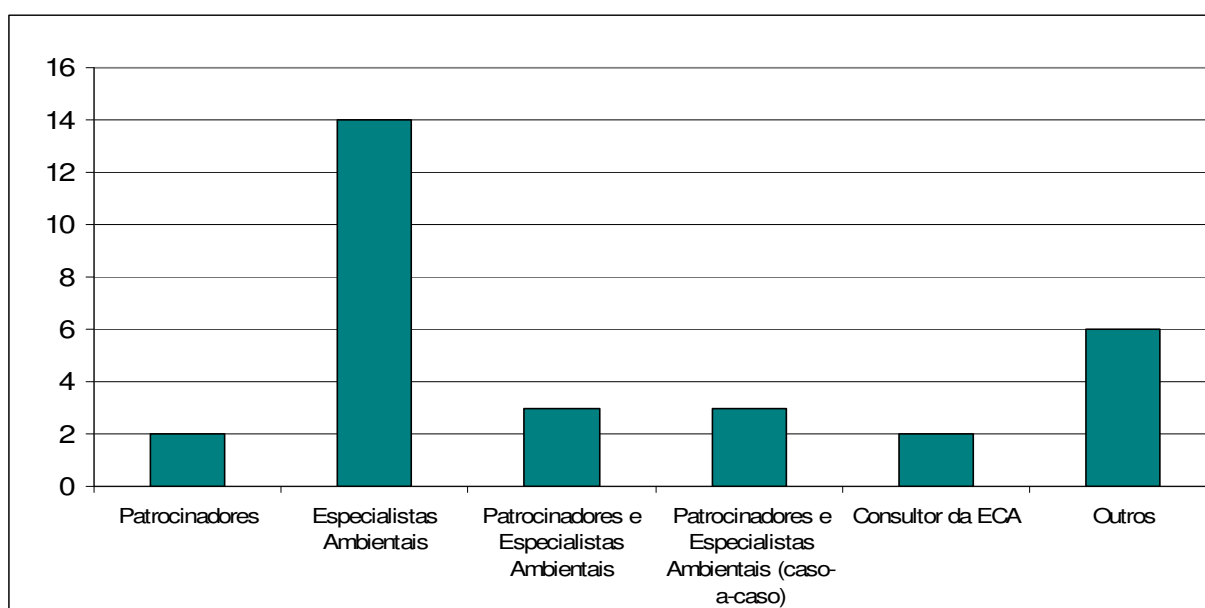
Quanto à actuação das ECAs-Membros no que respeita às circunstâncias em que estas classificam projectos nos quais a sua participação se situe abaixo dos 10 Milhões SDR, a Recomendação declara que as ECAs devem classificar todos os projectos cuja participação financeira seja acima dos 10 Milhões SDR, e todos os projectos que se localizem numa zona considerada sensível ou perto desta cuja participação se situe abaixo dos 10 Milhões SDR.

Neste aspecto 15 ECAs-Membros⁶² classificam todos os projectos que se localizem em áreas ou sectores sensíveis, ou com elevado potencial de riscos ambientais, independentemente do valor em questão. 14 ECAs-Membros⁶³ classificam todos os projectos independentemente do valor, e a ECA neozelandesa apenas classifica projectos cuja participação comporte mais de 20 Milhões NZD.

i. Responsabilidades para a Classificação

A Recomendação não refere quem é o responsável pela classificação de um projecto, neste sentido, as respostas das ECAs-Membros servem o objectivo da informação e transparência. No quadro abaixo estão demonstradas as responsabilidades para a classificação de projectos no seio das 30 ECAs-Membros⁶⁴.

Gráfico 3: Responsáveis pela classificação dos projectos



Fonte: OCDE

⁶² Canadá, República Checa, Alemanha, Finlândia, França, Grécia, Eximbank da Hungria, Eximbank e KEIC da Coreia, Holanda, Polónia, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia.

⁶³ Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, MEHIB da Hungria, Itália, JBIC e NEXI do Japão, Luxemburgo, Noruega, República Eslovaca, Espanha, Reino Unido e EUA.

⁶⁴ "Outros" refere-se a diferentes responsáveis pela classificação das candidaturas – Canadá, Luxemburgo, MEHIB e Eximbank da Hungria.

6.2 AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A Avaliação Ambiental só inclui as respostas de 29 ECAs-Membros, sendo que a Grécia apenas respondeu às secções 1 e 2 da Análise.

a. Informação Requisitada

No Parágrafo 8 da Recomendação de 2007 consta o seguinte excerto: “os Membros devem indicar às partes envolvidas no projecto o tipo de informação que requerem no que concerne aos potenciais impactos ambientais que possam advir da concretização do projecto, incluindo, quando apropriado, a necessidade de uma Avaliação de Impacto Ambiental.

26 ECAs-Membros afirmaram que estabelecem procedimentos para o tipo de informação solicitada para o processo de avaliação, e 3 ECAs-Membros – Alemanha, Noruega e Portugal – responderam que adoptam uma abordagem caso-a-caso.

b. Responsabilidades

Também no Parágrafo 8 da Recomendação de 2007 está consagrado que são os candidatos, ao apoio ao crédito à exportação, os responsáveis por fornecer a informação adequada para uma avaliação ambiental.

Neste sentido 21 ECAs-Membros afirmaram que são os candidatos os responsáveis por fornecer as informações, 3 ECAs-Membros – Canadá, KEIC da Coreia e Nova Zelândia – responderam que são os patrocinadores do projecto, e 5 ECAs⁶⁵ adoptam um padrão de caso-a-caso em que os responsáveis podem ser os candidatos, exportadores, ou patrocinadores do projecto.

c. Âmbito e Critérios

A Recomendação de 2007 afirma que no processo de avaliação “os Membros devem, quando apropriado, considerar as ligações operacionais com as operações associadas”. Neste sentido as ECAs-Membros responderam que consideram as ligações operacionais com operações associadas usando um sistema de avaliação caso-a-caso como parte do processo de avaliação pelos Especialistas Ambientais. Contudo, quando uma operação associada é identificada como diminuta no seio de todo o projecto, é avaliada como parte do projecto. Além disto, as ECAs-Membros declararam que consideram os impactos cumulativos do projecto, por exemplo condições ambientais, inputs, emissões residentes locais,... Tais considerações podem decidir avançar ou não com o apoio à proposta.

⁶⁵ Dinamarca, Eximbank da Coreia, Polónia, Espanha e Turquia.

No que respeita às especificidades das situações de co-seguro/co-financiamento com outras ECAs ou com Instituições Financeiras Internacionais, re-seguro como ECA-líder, e re-seguro como re-seguradora, as ECAs-Membros actuam da mesma forma como anteriormente referido na alínea “e” da Secção II.

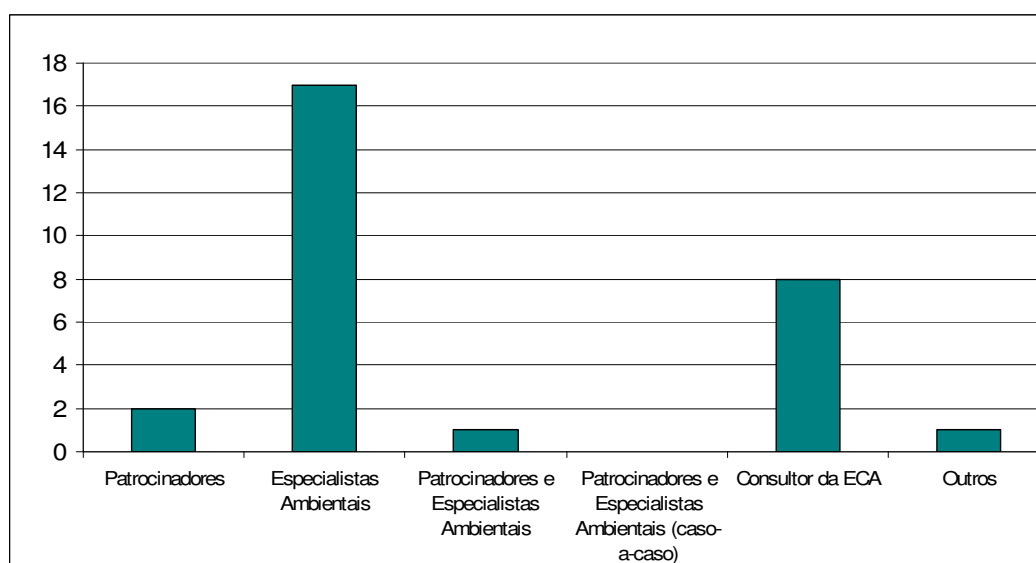
d. Projectos de Categoria A

No Parágrafo 9 da Recomendação está consagrado que os “Membros devem solicitar um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Neste ponto da Análise pretende-se obter informações acerca das circunstâncias em que as ECAs-Membros aceitam avaliar um projecto de Categoria A para o qual não existe EIA, não está disponível para consulta ou quando se encontra incompleto, não respondendo às questões apontadas no Anexo II da Recomendação de 2007.

Neste contexto 20 ECAs responderam que em qualquer circunstância aceitam prosseguir com a avaliação de um projecto cujo EIA é inexistente, indisponível ou incompleto. 9 ECAs afirmaram que em determinadas circunstâncias admitem avaliar o projecto. O Canadá não solicita EIA para projectos dos países do G7⁶⁶, e 8 ECAs-Membros – Austrália, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Holanda, Turquia e Reino Unido – responderam que nas situações acima referidas podem actuar de 2 formas diferentes: tentar elevar o relatório para um nível correspondente às condições da Recomendação de 2007, ou usar relatórios ambientais e sociais alternativos para colmatar as falhas no EIA, no caso de este estar incompleto ou de não existir. A Recomendação não refere sobre quem deverá recair a responsabilidade de avaliar o relatório do EIA, no enquanto as respostas dos Membros, neste domínio, servem o objectivo da informação e da transparência. O próximo gráfico mostra a actuação no que concerne à atribuição de responsabilidades.

⁶⁶ Alemanha, Canadá, EUA, Itália, França, Japão e Reino Unido.

Gráfico 4: Responsáveis pela avaliação do EIA



Fonte: OCDE

e. Projectos de Categoria B

De acordo com o Parágrafo 10 da Recomendação de 2007 a avaliação dos projectos classificados de Categoria B devem examinar os potenciais impactos, positivos e negativos, ao nível ambiental. No mesmo parágrafo da Recomendação é dito também que o âmbito da avaliação de um projecto desta categoria pode estar dependente de especificidades do mesmo.

Neste sentido, as ECAs-Membros afirmaram que a avaliação deste tipo de projectos é concretizada numa base caso-a-caso. Contudo, em geral as ECAs adoptam uma abordagem similar à avaliação dos projectos de Categoria A, considerando os seus potenciais impactos ambientais e comparando os padrões do projecto com os padrões internacionais e com os do país anfitrião.

f. Operações existentes

No que respeita às operações existentes, a Recomendação de 2007 consagra que “as propostas para exportações de bens e serviços para operações existentes devem ser avaliadas ao nível dos riscos ambientais antes de qualquer compromisso de concessão de apoio oficial”.

Neste ponto, 5 ECAs-Membros – Austrália, Bélgica, França, Luxemburgo e Holanda – afirmam recorrer ao mesmo modelo de estudo das propostas para projectos, e 24 ECAs estudam as candidaturas caso-a-caso. No seio destas 24 ECAs as respostas variam entre as que levam a cabo um estudo completo caso algum potencial

impacto ambiental seja encontrado, e as que estudam as candidaturas apenas como parte do processo de avaliação.

g. Outras exportações

Não existe qualquer referência na Recomendação de 2007 que indique de que forma deverão ser abordadas, ao nível da avaliação dos riscos ambientais, as candidaturas de exportações de bens e serviços que não se enquadrem na classificação de “operações existentes” nem de “projectos”. Contudo, 16 ECAs-Membros⁶⁷ responderam que avaliam os riscos ambientais associados a exportações desta natureza, ao passo que 13 ECAs⁶⁸ afirmaram que não executam tal avaliação.

h. Padrões

“Os projectos devem, em todos os casos, ir ao encontro dos padrões do país anfitrião”.⁶⁹ Visto isto, as ECAs-Membros apontaram as formas a que recorrem para garantir a correspondência, podendo variar de acordo com a Categoria do projecto: ~

- Informação contida no EIA ou relatórios similares;
- Respostas nos formulários de candidatura ou questionários ambientais;
- Observação de autorizações, licenças, e documentação de importação de índole ambiental proveniente do país anfitrião;
- A comparação pela ECA dos padrões do país anfitrião com os padrões do potencial projecto;
- Verificação/Autorização, através da inclusão de garantias específicas no empréstimo ou documentação regulamentar;
- Informação sobre o candidato, ou verificação da parte à qual é concedido o empréstimo, ou comprador;
- Monitorização do projecto em implementação.

⁶⁷ Austrália, Canadá, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Itália, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank da Coreia, Holanda, Noruega, República Eslovaca, Espanha, Suíça, Suécia e Reino Unido.

⁶⁸ Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Eximbank e MEHIB da Hungria, KEIC da Coreia, Luxemburgo, Nova Zelândia, Polónia, Portugal, Turquia e EUA..

⁶⁹ Conferir Parágrafo 13 da Recomendação de 2007.

Duas ECAs-Membros – Dinamarca e Portugal – declararam não recorrer a qualquer procedimento específico para garantir a concordância entre os padrões do projecto e os padrões do país anfitrião.

No Parágrafo 12 a Recomendação aponta as circunstâncias nas quais os padrões internacionais deveriam ser usados, no sentido de avaliar o potencial impacto ambiental dos projectos.

Categoria A

Relativamente à aplicação dos padrões internacionais para a avaliação dos potenciais riscos ambientais decorrentes de projectos de Categoria A, as ECAs-Membros afirmaram o seguinte:

- Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial
 - Doze ECAs⁷⁰ recorrem sempre a este padrão internacionais;
 - Treze ECAs⁷¹ usam sempre, excepto quando se aplicam os padrões da Corporação Financeira Internacional e Banco Regional de Desenvolvimento;
 - Três ECAs – Áustria, Finlândia e Noruega – usam as Políticas de Salvaguarda quando estas são relevantes para o projecto;
 - Polónia emprega os padrões do Banco Mundial “na maioria dos casos”.
- Padrões de Performance da Corporação Financeira Internacional
 - Onze ECAs-Membros⁷² utilizam sempre estes padrões para o sector privado cujo projecto se encontre com financiamento limitado ou sem recursos;
 - Quinze ECAs⁷³ usam o método de caso-a-caso – e.g. se for solicitado pelo patrocinador;
 - Austrália e Noruega empregam os Padrões de Performance quando estes são relevantes para o projecto;
 - Polónia recorre a estes padrões “na maioria dos casos”

⁷⁰ República Checa, Alemanha, Itália, Eximbank e KEIC da Coreia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, República Eslovaca, Suíça, Suécia e Turquia.

⁷¹ Portugal, Espanha, Dinamarca, JBIC e NEXI do Japão, Reino Unido, EUA, França, Austrália, Bélgica, Eximbank e MEHIB da Hungria e Canadá.

⁷² Bélgica, Canadá, República Checa, Dinamarca, França, Eximbank e MEHIB da Hungria, Luxemburgo, Nova Zelândia, Suíça e EUA.

⁷³ Portugal, França, Espanha, Alemanha, Áustria, Suécia, Itália, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank e KEIC da Coreia, Holanda, República Eslovaca, Turquia, Reino Unido.

- Padrões do Banco Regional de Desenvolvimento
 - Sete ECAs-Membros⁷⁴ usam sempre os padrões do Banco Regional de Desenvolvimento
 - Vinte e uma ECAs⁷⁵ utilizam o método de caso-a-caso – e.g. se for solicitado pelo patrocinador;
 - Dinamarca recorre a estes padrões em outras circunstâncias - não foram concedidos mais detalhes.
- Outros padrões relevantes reconhecidos, como os da CE
 - Vinte e oito ECAs-Membros forneceram informações detalhadas⁷⁶, destas:
 - Vinte ECAs⁷⁷ recorrem a outros padrões internacionalmente reconhecidos quando estes forem mais rigorosos ou quando não forem abordadas pelas Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial, ou se um projecto se situa em um país da União Europeia ou num país considerado de alto rendimento da OCDE;
 - Dezasseis ECAs⁷⁸ forneceram exemplos dos tipos de padrões internacionais que usam: Comunidade Europeia, Comissão Mundial de Barragens e Organização Mundial de Saúde.

Relativamente às circunstâncias nas quais se verifica o recurso aos padrões técnicos internacionais “Livro de Prevenção da Poluição e do Abate” e “Directrizes do Ambiente, Saúde e Segurança do IFC”, visando a avaliação do potencial impacto ambiental decorrente da implementação de projectos de Categoria A, 28 ECAs-Membros forneceram detalhes⁷⁹. 9 ECAs⁸⁰ declararam preferir usar as “Directrizes do Ambiente, Saúde e Segurança do IFC”, e só quando estas não estiverem disponíveis usam o “Livro”, ou então com candidaturas ao apoio apresentadas anteriormente à adopção e/ou implementação da Recomendação de 2007.

⁷⁴ República Checa, KEIC da Coreia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega e Suíça.

⁷⁵ Espanha, França, Polónia, Bélgica, Canadá, Eximbank e MEHIB da Hungria, Eximbank da Coreia, Turquia, Reino Unido, EUA, Portugal, Alemanha, Áustria, Austrália, Suécia, JBIC e NEXI do Japão, República Eslovaca, Finlândia e Itália.

⁷⁶ KEIC da Coreia não forneceu informações.

⁷⁷ Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank da Coreia, Holanda, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, República Checa, Espanha, Suécia, Turquia e EUA.

⁷⁸ Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e EUA..

⁷⁹ Eximbank da Coreia não forneceu detalhes.

⁸⁰ Austrália, Áustria, Canadá, Finlândia, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália, Polónia e EUA..

Categoria B

No que concerne aos projectos de Categoria B, e de acordo com o Parágrafo 12 da Recomendação, as ECAs-Membros concederam informações sobre as circunstâncias em que aplicam os seguintes padrões internacionais:

- Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial
 - Quinze ECAs⁸¹ recorrem em todas circunstâncias;
 - Doze ECAs⁸² usam sempre, excepto em situações nas quais se apliquem os Padrões de Performance do IFC ou os Padrões do Banco Regional de Desenvolvimento;
 - Duas ECAs assistem-se das Políticas de Salvaguarda noutras circunstâncias: Áustria, em que estas sejam relevantes para o projecto, e a Polónia, que não forneceu mais detalhes.
- Padrões de Performance da Corporação Financeira Internacional
 - Doze ECAs-Membros⁸³ recorrem sempre aos Padrões do IFC para projectos do sector privado cujo financiamento é limitado ou sem recursos;
 - Quinze ECAs⁸⁴ usam os Padrões do IFC numa base caso-a-caso;
 - Duas ECAs, isto é, Austrália e Alemanha recorrem a estes Padrões em outras circunstâncias – não foram fornecidos mais detalhes.
- Padrões do Banco Regional de Desenvolvimento
 - Cinco ECAs-Membros⁸⁵ assistem-se sempre dos Padrões do Banco Regional de Desenvolvimento;
 - Vinte e duas⁸⁶ recorrem aos Padrões numa base caso-a-caso;

⁸¹ República Checa, Finlândia, Alemanha, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália, Eximbank e KEIC da Coreia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, República Eslovaca, Suécia, Suíça e Turquia.

⁸² Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Luxemburgo, EUA, Reino Unido, Portugal, Espanha, Austrália, JBIC e NEXI do Japão.

⁸³ Bélgica, Canadá, Dinamarca, República Checa, França, Eximbank e MEHIB da Hungria, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega e EUA.

⁸⁴ Eximbank e KEIC da Coreia, Portugal, Espanha, Suíça, Finlândia, Polónia, Turquia, Reino Unido, JBIC e NEXI do Japão, Áustria, Suécia, Itália e República Eslovaca.

⁸⁵ República Checa, KEIC da Coreia, Holanda, Nova Zelândia e Noruega.

⁸⁶ Suécia, Suíça, Reino Unido, EUA, Eximbank da Coreia, JBIC e NEXI do Japão, Austrália, Portugal, Espanha, Itália, Finlândia, República Eslovaca, Polónia, Canadá, Bélgica, França, Alemanha, Turquia, Luxemburgo, Eximbank e MEHIB da Hungria.

- Duas ECAs, isto é, Áustria e Dinamarca usam os Padrões em outras circunstâncias, não tendo sido fornecidos mais detalhes.
 - Outros padrões relevantes reconhecidos, como os da CE
- Dezanove ECAs-Membros⁸⁷ forneceram informações sobre as situações nas quais recorrem a tais padrões como, por exemplo, numa base caso-a-caso quando os referidos padrões são mais rigorosos ou não abordados pelos padrões do Grupo do Banco Mundial, ou se um projecto tem localização num país da UE ou num país com elevado rendimento da OCDE;
- Dezasseis ECAs⁸⁸ deram exemplos de outros padrões reconhecidos internacionalmente a que recorrem: normalmente são os padrões da Comunidade Europeia mas também, por exemplo, os da Organização Mundial de Saúde.
- Duas ECAs – Finlândia e KEIC da Coreia – não forneceram detalhes sobre este ponto.

No que respeita às circunstâncias nas quais ocorre o recurso aos padrões técnicos internacionais “Livro de Prevenção da Poluição e do Abate” e “Directrizes do Ambiente, Saúde e Segurança do IFC”, no sentido de avaliar o potencial impacto ambiental decorrente da implementação de projectos de Categoria B, ficou demonstrado pela Análise que as ECAs-Membros recorrem na maioria dos casos às “Directrizes do Ambiente, Saúde e Segurança do IFC”.

Aplicação de mais de um conjunto de padrões ou directrizes internacionais

A este respeito vinte e seis ECAs-Membros⁸⁹ responderam:

- Onze ECAs afirmaram recorrer a um segundo conjunto de padrões para questões que não tenham sido adequadamente abordadas pelos padrões iniciais;
- Seis ECAs – Eximbank e MEHIB da Hungria, JBIC do Japão, Holanda, Turquia e EUA – responderam que podem recorrer a um conjunto adicional de padrões dependendo das outras Instituições Financeiras Internacionais envolvidas na transacção;

⁸⁷ Austrália, Canadá, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank da Coreia, Holanda, Noruega, Nova Zelândia, República Eslovaca, Espanha, Suécia, Turquia e EUA.

⁸⁸ Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e EUA.

⁸⁹ Finlândia, KEIC da Coreia e Noruega não forneceram informações.

- Duas ECAs-Membros – Bélgica e Portugal – declararam que podem aplicar padrões adicionais numa base caso-a-caso;
- Cinco ECAs – República Checa, Itália, NEXI do Japão, Luxemburgo e República Eslovaca – afirmaram não possuírem qualquer experiência na aplicação de mais do que um conjunto de padrões internacionais;
- Nova Zelândia não antevê qualquer circunstância na qual aplicariam mais do que um agregado de padrões;
- Reino Unido respondeu que opta preferencialmente por aplicar apenas um grupo de padrões, contudo pode recorrer a um conjunto adicional para aspectos de índole ambiental não contempladas pelo agregado primário de padrões.

Procedimentos e Práticas nas situações em que os projectos não vão ao encontro dos padrões internacionais ou directrizes

A Recomendação de 2007 consagra, no Parágrafo 13, que “em casos excepcionais, um Membro pode decidir apoiar um projecto que não vá ao encontro dos padrões internacionais”.

Relativamente aos procedimentos e práticas quando confrontadas com estas situações as ECAs-Membros responderam que tentam entender as razões de quaisquer potenciais falhas entre os projectos e os padrões internacionais e, em conjunto com o candidato e/ou patrocinador ao apoio, procuram aplicar medidas de prevenção e de mitigação para levar o projecto ao encontro dos referidos padrões.

Se ainda assim o projecto não corresponder aos padrões internacionais, as ECAs-Membros irão procurar justificação por parte do candidato e/ou patrocinador do projecto e podem, em situações excepcionais, manter o apoio oficial. A decisão de apoiar um projecto que não corresponde aos padrões é normalmente tomada ao mais alto nível como, por exemplo, pelo Quadro de Directores das Agências de Crédito à Exportação ou pela Autoridade Tutora, tendo de ser, sempre, justificada perante o Grupo de Crédito à Exportação.

i. Vistorias ao Local

A Recomendação de 2007 não faz qualquer referência a respeito das circunstâncias nas quais uma vistoria ao local pode ser conduzida como parte do processo de estudo, no entanto, visando a informação e a transparência, as ECAs-Membros afirmaram que estas visitas são geralmente levadas a cabo em projecto de Categoria A e excepcionalmente em projectos de Categoria B. Embora as vistorias ao

local decorram com base em uma análise de caso-a-caso, as ECAs declaram que é mais provável ocorrerem nas seguintes circunstâncias:

- A localização do projecto é numa área ou num sector sensíveis, ou envolve questões ambientais e/ou sociais complexas;
- A informação no EIA é insuficiente ou necessita de verificação directa (pessoalmente);
- O projecto provoca um significativo interesse por parte de Organizações da Sociedade Civil.

6.3 AVALIAÇÃO, DECISÃO E MONITORIZAÇÃO

a. Condições para o Apoio Oficial

No Parágrafo 15 da Recomendação de 2007 está consagrado que os Membros devem, na eventualidade da concessão do apoio, decidir se existe a necessidade de satisfazer as condições antes ou depois do compromisso final. Neste sentido as ECAs-Membros afirmaram o seguinte:

- As condições podem ser incorporadas na documentação;
- As condições podem assumir três formas: condições agregadas à oferta da ECA-Membro em relação ao exportador como, por exemplo, a submissão de informação específica como um EIA apropriado; “Condições Modelo” que têm de ser completadas anteriormente à atribuição do empréstimo; condições que têm de ser completadas durante a duração do empréstimo, por exemplo, submissão de relatórios de monitorização.

Idealmente os acordos deveriam permitir às ECAs-Membros que estas suspendessem a atribuição do empréstimo, acelerassem o empréstimo ou retirassem as garantias quando as condições não fossem cumpridas (*an Event of Default*).

A Holanda foi a única ECA-Membro a declarar que, em princípio, não aplica acordos ambientais. Em contraste algumas ECAs forneceram exemplos dos tipos de acordos usados:

Genéricos:

- Provisão de informação ambiental como, por exemplo, um EIA satisfatório;
- Concordância com o Plano de Acção de Organização Ambiental ou Plano de Acção de Realojamento;
- Concordância com as leis do país anfitrião, padrões internacionais e directrizes;
- Concordância com acordos de monitorização e provisão de relatórios de monitorização;
- Relatórios atempados dos incidentes e acidentes ambientais.

Específicos:

- Instalação de uma central adicional de tratamento de águas residuais;
- Instalação de tratamento de gases residuais;
- Alterações no design de uma central e uma central adicional;
- Fornecer medições periódicas das emissões;
- Obtenção e manutenção de certificação.

A título de informação a questão das condições e acordos ambientais é um item ainda em discussão pelos Especialistas Ambientais do GCE nas suas reuniões semi- anuais.

b. Recusa do Apoio Oficial

Também no Parágrafo 15 da Recomendação de 2007 está consagrado que “os Membros devem avaliar a informação resultante do estudo, e decidir requisitar mais informação, declinar ou conceder apoio oficial”. Na Análise constam informações fornecidas pelas ECAs relativamente às circunstâncias nas quais estas consideram declinar o apoio oficial devido a razões de índole ambiental:

- Inconsistência com as políticas e directrizes ambientais da ECA;
- Evidências que provam que o projecto tem um significativo potencial de vir a provocar impactos ambientais nefastos que não podem ser adequadamente prevenidos ou mitigados;
- Falta de documentação suficiente disponível no sentido de estudar apropriadamente os potenciais impactos de um projecto;
- O projecto não estar em conformidade com os padrões do país anfitrião e/ou não ir ao encontro dos padrões internacionais;

- Elevado risco ao nível da reputação;
- Falta de credibilidade por parte do patrocinador do projecto no sentido de implementar as requisitadas medidas de mitigação;
- Recusa por parte do exportador e/ou patrocinador de incorporar acordos satisfatórios na documentação do projecto;
- O projecto não é conducente para o desenvolvimento económico e social do país anfitrião.

Adicionalmente, o Canadá declarou que a sua Directiva de Estudo Ambiental requer que o projecto vá ao encontro de um dos seguintes critérios seguintes na fase anterior à concessão do apoio oficial – caso o projecto não vá ao encontro de nenhum dos critérios o apoio irá ser recusado:

- Os efeitos ambientais adversos associados ao projecto não são considerados significativos, tendo em consideração as respectivas medidas de mitigação;
- O projecto é considerado ir ao encontro ou ultrapassar o nível mínimo das boas práticas, directrizes ou padrões internacionalmente reconhecidos;
- O projecto representa uma oportunidade de melhoramento das condições ambientais no país anfitrião colocando-as além das condições mínimas;

Relativamente às experiências das ECAs em recusar o apoio oficial em seguimento da avaliação dos impactos ambientais, vinte e oito concederam informações, apenas 10 ECAs⁹⁰ afirmaram ter atravessado tal situação e a Austrália recusou fornecer detalhes. Das 10 ECAs referidas, Bélgica, França, Holanda, Portugal e EUA forneceram inclusive exemplos de projectos.

⁹⁰ Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia e EUA.

c. Monitorização

No Parágrafo 16 da Recomendação de 2007 consta que quando o apoio a um projecto é concedido na condição de cumprimento de certas condições, os Membros devem assegurar a concordância através da monitorização.

De uma forma geral a monitorização de um projecto é levada a cabo numa base caso-a-caso, dependendo do projecto e das condições impostas para a concretização do apoio. Em termos de procedimentos, a maioria das ECAs confiam nos patrocinadores do projecto ou em consultores independentes para realizar a monitorização e para fornecer os relatórios necessários para estudar a concordância. A Bélgica, neste aspecto, respondeu que realiza reuniões periódicas com os clientes e consultores no sentido de assegurar a harmonia com as condições ambientais, a Suíça espera que o patrocinador do projecto publique relatórios de monitorização, e a ECA dos EUA requer relatórios de monitorização para todos os projectos de Categoria A.

Quanto à frequência da monitorização as ECAs-Membros declararam que é variável dependendo das características do projecto, contudo 13 ECAs⁹¹ afirmaram que pode ser mensal, quadrimestral, semestral, ou anual.

Também no que respeita ao conteúdo dos relatórios de monitorização as realidades podem variar, no entanto podem abordar os seguintes aspectos:

- Dados quantitativos relativamente às emissões, águas residuais e ruído, e comparação com os limites acordados, como autorizações ou padrões internacionais;
- Implementação de planos de administração ambiental no sentido de prevenir e mitigar os impactos ambientais;
- Resultados de vistoria ao local realizadas por entidades externas ou por grupos de especialistas;
- Condições particulares do projecto relacionadas com, por exemplo, habitats naturais ou questões de realojamento;
- Situações imprevisíveis tais como acidentes, derrames ou poluição;
- Uma avaliação global dos dados e informações acima referidos, juntamente com a comparação com os padrões acordados e, se necessário, informação sobre as medidas que visam a mitigação dos impactos ambientais.

⁹¹ Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Itália, Holanda, República Eslovaca, Espanha, Suíça, Suécia e EUA.

d. Medidas de Não-Concordância

No Parágrafo 16 da Recomendação de 2007 é afirmado que “em situações em que se verifica a inexistência de concordância, por parte dos candidatos, com as condições para a concessão de apoio oficial, os Membros devem realizar qualquer acção que considerem apropriada, no sentido de restaurar a conformidade” com as condições impostas para a atribuição de apoio oficial. Neste contexto, as ECAs-Membros responderam que lidam com este tipo de situações numa base caso-a-caso, dependendo das condições acordadas na documentação respeitante à transacção. Inicialmente as ECAs irão promover negociações com todas as partes relevantes – o candidato, o patrocinador do projecto, autoridades do país anfitrião ou outra ECA também envolvida – visando encontrar soluções para os problemas de não-concordância ou requisitar perante o patrocinador do projecto um Plano de Acção Correctiva para levar o projecto de volta à conformidade com as condições impostas para a atribuição de apoio oficial. As ECAs-Membros afirmaram ainda que se as falhas persistirem podem recorrer a canais diplomáticos e à evocação de *Event of Default*.

e. Divulgação de Relatórios de Monitorização

A Recomendação de 2007, Parágrafo 17, consagra que “os Membros devem, quando apropriado, encorajar os patrocinadores do projecto a disponibilizar publicamente os relatórios de monitorização *ex post* e informação relacionada”. Neste sentido as ECAs-Membros responderam que encorajam os patrocinadores a fazê-lo nas seguintes circunstâncias:

- Treze ECAs-Membros⁹²: em projectos de Categoria A ou em projectos ambientalmente sensíveis;
- Nove ECAs⁹³: geralmente em todas as situações;
- Outras circunstâncias: Austrália – a divulgação de informação é condição para a atribuição do apoio oficial; Alemanha - em projectos com elevado interesse público (barragens ou projectos que envolvam realojamento); Nova Zelândia – numa base caso-a-caso;

⁹² Bélgica, Canadá, Dinamarca, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália, KEIC da Coreia, Luxemburgo Polónia, Espanha, Suíça, Turquia e EUA.

⁹³ Áustria, Finlândia, França, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank da Coreia, Noruega, Portugal e Reino Unido.

- Holanda: não encoraja a divulgação dos relatórios de monitorização nem de informação relacionada;
- República Checa, República Eslovaca e Suécia: não possuem qualquer experiência neste âmbito.

Adicionalmente as ECAs-Membros afirmaram que requerem a divulgação dos relatórios de monitorização e de informação relacionada por parte dos patrocinadores do projecto nas seguintes situações:

- Seis ECAs⁹⁴: em projectos de Categoria A ou em projectos ambientalmente sensíveis;
- Outras circunstâncias: Austrália, Canadá e Suíça – requisita para a atribuição do apoio; Áustria – em projectos com elevado interesse público; Alemanha e Nova Zelândia – numa base caso-a-caso; e Dinamarca requer a divulgação sob os Princípios do Equador;
- Dez ECAs⁹⁵: não impõem a divulgação dos relatórios de monitorização e de informação relacionada;
- Seis ECAs⁹⁶: não possuem qualquer experiência neste campo.

6.4 TROCA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

a. Guião de Procedimento Ambiental

No Parágrafo 18 da Recomendação de 2007 está consagrado que os “Membros devem publicar os princípios da política ambiental da ECA nacional bem como o procedimento ambiental”. Visto isto todas as 29 ECAs afirmaram ter publicado.

b. Troca de Informações

No Parágrafo 19 da Recomendação de 2007 consta o seguinte: “os Membros devem partilhar informações com os outros Membros visando alcançar, quando apropriado, políticas comuns no que respeita ao estudo dos projectos, incluindo a

⁹⁴ Bélgica, Eximbank e MEHIB da Hungria, Luxemburgo, Espanha e EUA..

⁹⁵ Finlândia, Itália, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank e KEIC da Coreia, Holanda, Noruega, Turquia e Reino Unido.

⁹⁶ República Checa, França, Polónia, Portugal, República Eslovaca e Suécia.

classificação do mesmo (...). Em relação à troca de informação com outras ECAs ou IFIs em situações de co-seguro/co-financiamento, as ECAs responderam que não possuem procedimentos específicos para abordar tal situação contudo, em termos práticos, as ECAs-Membros encontram-se dedicadas no que respeita à efectiva troca de informações com ECAs e IFIs envolvidas na transacção, tendo em especial consideração a classificação e estudo ambiental de um projecto.

c. Divulgação de Informações do Projecto

Ainda no Parágrafo 19 da Recomendação está afirmado que “os Membros devem, para projectos classificados de Categoria A, divulgar publicamente as informações do projecto – incluindo o nome, localização, descrição do projecto, assim como detalhes sobre onde pode ser obtida informação adicional – o mais breve possível e 30 dias, no mínimo, antes do compromisso final para garantir o apoio oficial”. Neste contexto as ECAs responderam que divulgam publicamente as requisitadas informações do projecto. Além disso, a maioria das ECAs não antevê qualquer circunstância na qual a informação relacionada com um projecto de Categoria A não seja divulgada na fase anterior ao compromisso. As excepções foram: Alemanha, Polónia e Reino Unido – em situações de ausência do consentimento por parte do exportador ou do patrocinador do projecto; MEHIB da Hungria, Holanda e Portugal – devido a razões excepcionais e justificáveis; e a Bélgica – que relatou uma experiência numa situação em que não lhe foi possível divulgar informações devido à recusa da publicação, por parte do comprador, por questões de segurança relacionadas com ameaças terroristas. Por último, o Canadá respondeu que a divulgação das informações *ex-ante* de um projecto não constitui uma condição para o apoio de projecto nos países do G7 por considerar que os requisitos de divulgação pública de informação suficientemente rigorosos nestes países.

d. Divulgação de Informação Ambiental

O Parágrafo 19 da Recomendação de 2007 declara que “os Membros devem, relativamente aos projectos de Categoria A, requisitar que a informação sobre o potencial impacto ambiental esteja publicamente disponível (...) 30 dias antes do compromisso final para a atribuição do apoio oficial”.

Na maioria dos casos esta informação está disponível no *website* do patrocinador do projecto, sendo alvo de monitorização por parte das ECAs, visando assegurar o respectivo cumprimento. Na eventualidade de este não se verificar as ECAs podem decidir não continuar com o apoio à transacção. Todas as ECAs, com a

excepção da Holanda, República Eslovaca e Turquia, referiram que a informação a ser tornada pública consiste em um EIA ou em relatórios de Avaliação Social e Ambiental.

e. Divulgação *Ex-post*

A Recomendação consagra também que os Membros devem tornar disponíveis publicamente informações, no mínimo anualmente, sobre os projectos de Categoria A e de Categoria B nos quais se encontram envolvidos.

Neste contexto, 10 ECAs-Membros⁹⁷ afirmaram que tornam a informação pública depois de conceder o apoio oficial, 2 ECAs – França e Espanha – responderam que o fazem trimestralmente, Itália divulga a informação quadrimestralmente, a Polónia divulga no mínimo uma vez em cada 6 meses, e 14 ECAs apresentam as informações no mínimo uma vez por ano. A KEIC da Coreia foi a única ECA a afirmar não possuir qualquer experiência nesta área.

Em relação ao âmbito e conteúdo dessa informação *ex-post*, a maioria das ECAs responderam que é similar ou baseada na informação sobre o projecto e o impacto ambiental já anteriormente tornada pública.

O modo preferencial de divulgação de informação é através dos *websites* das ECAs, e em relação ao período de tempo em que esta fica disponível existem diferentes respostas:

- Um mês – 2 ECAs – Turquia e Eximbank da Coreia;
- Um ou dois anos – 6 ECAs – Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Holanda e Suíça;
- Mais de cinco anos – 5 ECAs – Finlândia, Polónia, Suécia, Reino Unido e EUA;
- Duração do apoio – 3 ECAs – JBIC e NEXI do Japão e Luxemburgo;
- Indefinidamente – 8 ECAs – Austrália, Dinamarca, França, Alemanha, Eximbank e MEHIB da Hungria, Itália e Espanha.

⁹⁷ Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, JBIC e NEXI do Japão, Eximbank da Coreia, Luxemburgo, Holanda e República Eslovaca.

6.5 CUMPRIMENTO E MONITORIZAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DA OCDE

a. Responsabilidade das suas Directrizes

No Parágrafo 21 da Recomendação de 2007 está afirmado que “os Membros devem assegurar, através de medidas e mecanismos apropriados, a concordância com as suas políticas e procedimentos apontados pela Recomendação”.

Neste contexto, as ECAs enumeraram alguns exemplos de possibilidades no sentido de assegurar a concordância: mecanismos de controlo tais como medidas de “contra-assinatura” e a necessidade de aprovação por parte da Autoridade Tutora para algumas transacções, e avaliação de medidas tais como auditorias internas e/ou externas.

b. Monitorização e Avaliação

No Parágrafo 19 da Recomendação de 2007 encontra-se consagrado que “os Membros devem monitorizar e avaliar, ao longo do tempo, a experiência com a Recomendação ao nível nacional (...)”.

As ECAs referiram algumas medidas usadas com o propósito da monitorização e avaliação: algumas são informais como as avaliações internas, troca de informações entre os Especialistas, e outras são formais tais como as avaliações e relatórios anuais, relatórios perante a Autoridade Tutora, e no caso da Alemanha, a constituição de uma base de dados com projectos e tópicos de avaliação.

c. Procedimentos de Revisão

Quando questionadas sobre a última revisão dos procedimentos de índole ambiental, 24 ECAs-Membros responderam que esta ocorreu posteriormente à adopção da Recomendação de 2007 em Junho do mesmo ano. Destas 24 ECAs, 7 prevêem mais alterações num futuro próximo – Bélgica, Canadá, República Checa, República Eslovaca, Dinamarca, Noruega e Suíça. As restantes 5 ECAs não efectuaram revisões dos seus procedimentos ambientais desde a adopção da Recomendação de 2007: JBIC e NEXI do Japão, KEIC da Coreia e Reino Unido encontravam-se aquando da publicação da Análise a realizar as alterações, e a França afirma não planear efectuar revisões brevemente.

d. Recursos

No que respeita aos recursos necessários relativamente à implementação dos procedimentos ambientais, as ECAs-Membros responderam que recorreram, entre

outros, a especialistas ambientais e a administração adicional, com excepção da Polónia e Portugal que afirmaram não recorrem a recursos adicionais neste sentido.

e. Partilha de Custos

A Recomendação de 2007 não faz qualquer referência à questão dos custos, no entanto as ECAs afirmaram que estes são partilhados nas seguintes circunstâncias:

- Os custos decorrentes da disponibilização de toda a informação ambiental requisitada para avaliar uma candidatura, incluindo a realização de um EIA e, em alguns casos, a tradução do relatório do EIA é pago pelo candidato ou pelo patrocinador do projecto;
- O custo da avaliação da candidatura e a própria candidatura é suportado pela ECA;
- Para transacções de financiamento do projecto algumas ECAs esperam que seja o patrocinador do projecto a cobrir as despesas com consultores independentes, e outras ECAs suportam estes custos;
- Alguns custos de monitorização são suportados pelos patrocinadores do projecto e outros são pagos pela própria ECA.

6.6 OUTROS COMENTÁRIOS

Como já referido, a Recomendação de 2007 aplica-se a “créditos à exportação com apoio oficial com termo de pagamento de 2 ou mais anos”. Contudo a Análise contém informações sobre a actuação das ECAs em situações de reembolso num período inferior a 2 anos:

- 10 ECAs-Membros⁹⁸ responderam que estes casos não são da competência da Recomendação;
- 9 ECAs⁹⁹ afirmaram que os potenciais impactos ambientais destes projectos são avaliados numa base caso-a-caso;

⁹⁸ República Checa, Itália, NEXI do Japão, Eximbank e KEIC da Coreia, Polónia, Portugal, Espanha, Turquia e EUA.

⁹⁹ Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Eximbank e MEHIB da Hungria, Nova Zelândia e Suécia.

- Alemanha e Suíça afirmaram que este tipo de projectos é alvo de procedimentos específicos de avaliação ambiental;
- 8 ECAs responderam que em situações de reembolso num período inferior a 2 anos, os projectos são tratados do mesmo modo como os projectos com termo de pagamento mais alargado.

6.7 CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Por fim, e após a observação da Análise é possível concluir que:

- ✓ Globalmente, a maioria dos sistemas de avaliação ambiental das ECAs-Membros revelam estar em conformidade com o disposto na Recomendação de 2007, contudo existem algumas excepções e algumas diferenças na abordagem prática dos potenciais impactos ambientais. Além disso, algumas ECAs demonstram possuir pouca ou nenhuma experiência em projectos de Categoria A e/ou Categoria B e, por isso, parecem não deter sistemas completos no sentido de lidar com tais candidaturas.
- ✓ Relativamente ao estudo e classificação dos projectos apenas 4 ECAs afirmaram que nem todas as candidaturas são avaliadas, ao passo que as restantes avaliam todas as candidaturas.
- ✓ Todas as ECAs dão seguimento à avaliação das candidaturas no sentido de identificar as exportações para os projectos, para operações existentes e exportações para situações que não se enquadram em “operações existentes” nem em “projectos”.
- ✓ Quanto à classificação dos projectos todas as ECAs recorrem a 3 categorias, como apontado pela Recomendação de 2007.
- ✓ 8 ECAs forneceram detalhes sobre as circunstâncias nas quais podem avaliar um projecto de Categoria A sem um EIA estar disponível.
- ✓ O tipo de padrões internacionais para avaliar um projecto de Categoria A ou de Categoria B varia de Membro para Membro.
- ✓ Também as políticas e procedimentos visando a incorporação das condições ambientais na documentação para a atribuição do apoio oficial, e a recusa do apoio por questões ambientais variam de ECA para ECA, e nem todas as ECAs têm experiência neste âmbito.
- ✓ É também variável a abordagem no que refere à disponibilização pública de informação: 25 ECAs encorajam os patrocinadores do projecto a fazê-lo.

- ✓ Todas as ECAs publicaram uma declaração da sua política ambiental nacional bem como o guia de procedimentos.
- ✓ Todas as ECAs tornaram pública a informação sobre os projectos de Categoria A na fase anterior ao compromisso final.
- ✓ Vinte e quatro ECAs responderam que a ECA é responsável por divulgar a informação sobre o impacto ambiental decorrente de projectos de Categoria A. As restantes ECA confiam nos patrocinadores do projecto ou exportadores, e monitorizam os respectivos *websites* de modo a assegurar a conformidade.

7 PROJECTO DA BARRAGEM DE ILISU

7.1 ECAS E A OPINIÃO PÚBLICA

Desde 1998 que se tornou explícito o descontentamento por parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs) de vários países em relação aos impactos adversos provenientes das actividades das ECAs. No referido ano 163 ONGs de 46 países enviaram o “Apelo pela Reforma das ECAs” aos governos dos países mais desenvolvidos da OCDE, no qual apelavam a uma maior transparência nos processos de decisão, avaliação e selecção dos compromissos financeiros, e um acordo internacional para a adopção de normas ambientais e sociais comuns para as ECAs. Em 2001, 347 ONGs de 45 países confrontadas com, na sua opinião, fracos avanços, subscreveram a Declaração de Jacarta¹⁰⁰. A seguir encontram-se os aspectos mais importantes retirados do documento:

1. Transparência, acesso público à informação e consulta à sociedade civil e às pessoas afectadas, quer nos países na OCDE, quer nos países receptores;
2. A adopção de directrizes sociais e ambientais comuns e obrigatórias, e normas não menos rigorosas que os procedimentos e normas internacionais actualmente em vigor para a finança pública internacional, como as do Banco Mundial e do Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE;
3. A adopção de critérios explícitos sobre o respeito pelos direitos humanos em todas as operações das ECAs, o que passa pela consulta às pessoas afectadas e à sociedade civil, e pelo respeito pelos convénios regionais e internacionais de direitos humanos já existentes;
4. A adopção de directrizes e critérios obrigatórios para acabar com a incitação das ECAs à corrupção;
5. As ECAs têm que parar o financiamento de investimentos não produtivos. Têm que parar o enorme apoio a compras militares e projectos como as centrais nucleares, que seriam recusadas pelas agências de assistência bilateral da OCDE e pelas agências de desenvolvimento multilateral tais como o Banco Mundial;

¹⁰⁰ Documento disponível na íntegra em – <http://www.eca-watch.org/multilang/portuguese/jakartadec-portuguese.html>

6. A anulação da dívida dos países mais pobres às ECAs, uma grande parte da qual resultante de projectos não produtivos economicamente.

De acordo com a *ECA-Watch*¹⁰¹ os problemas causados pelas ECAs verificam-se aos mais variados níveis, entre eles encontram-se os seguintes¹⁰²:

- **Comércio de Armas:** alegadamente é parte constituinte da defesa e política externa, não promove o desenvolvimento, tem um sério impacto na segurança e nos direitos humanos, bem como conduz à corrupção. Na maioria dos casos, de acordo com as ONGs, sem uma garantia por parte do governo não existiriam possibilidades para realizar as operações relativas ao comércio de armas e outras transacções militares.
- **Corrupção:** causa danos económicos, sociais e políticos, quer nos países anfitriões dos projectos, quer nos países exportadores. De acordo com as ONGs envolvidas um exemplo do impacto da corrupção é a Indonésia, na medida em que as ECAs japonesas e canadianas desempenharam um papel importante no apoio ao governo de Suharto.
- **Dívida:** de acordo com o Banco Mundial as dívidas relacionadas com as ECAs representam a maior parte da dívida oficial dos países em desenvolvimento. Esta situação decorre da atribuição de empréstimos e de garantias por parte das ECAs, para a concretização de projectos não lucrativos, bem como provoca a inactividade dos sistemas de produção locais.
- **Energia e Alterações Climáticas:** de acordo com as informações cedidas pelas ONGs os projectos em países em desenvolvimento apoiados pelas ECAs centram-se em sectores com grandes implicações nas alterações climáticas. Como alternativa à geração de energia através de combustíveis fósseis muitos governos centraram as suas atenções na energia nuclear, que não produz gases de efeito estufa, embora seja arriscada e dispendiosa. A grande maioria dos países ocidentais não tem edificado centrais nucleares nos seus países nas últimas décadas mas, no entanto, têm mantido a sua indústria nuclear em outros países. A central de Cernavoda, na Roménia, é um dos exemplos: as

¹⁰¹ Rede formada por várias ONGs e outros organismos que defende a reforma das ECAs e disponibiliza informação acerca dos projectos e consequências que daí advêm – <http://www.eca-watch.org/>

¹⁰² Informações disponível online em: <http://www.eca-watch.org/problems/index.html>

ECAs do Canadá, Itália e EUA apoiaram a sua edificação a 2km da cidade de Cernavoda.

- **Petróleo, Gás e Extracção:** as ECAs são, de acordo com a *ECA-Watch*, a maior fonte de financiamento público para os sectores do combustível fóssil e da extracção. Sem a tentativa de promoção da sustentabilidade, as ECAs têm contribuído fortemente para a dependência a longo-prazo dos combustíveis fósseis, para o agravamento das alterações climáticas, para a violação dos direitos humanos, e para o aumento da dívida externa dos países anfitriões dos projectos. Pela *ECA-Watch* são referidos alguns exemplos como o oleoduto de *Baku-T'bilisi-Ceyhan* (BTC).
- **Pasta e Papel:** de acordo com as ONGs os projectos da indústria do papel e da pasta apoiados pelas ECAs têm provocado desflorestação, poluição e violação dos direitos humanos. Nos anos 90, devido a projectos que contavam com o apoio de ECAs, a Indonésia sofreu impactos ao nível da florestação e, consequentemente, ao nível da manutenção da subsistência da comunidade local.
- **Barragens:** a maioria das grandes barragens em países em desenvolvimento só se concretizou graças ao envolvimento das ECAs. De acordo com as ONGs, geralmente os projectos para a construção das barragens implicam enormes impactos ao nível social, económico e ambiental, como são exemplo disso a Barragem *Three Gorges*, na China, e a Barragem de Ilisu, na Turquia.

7.2 O PROJECTO

Está prevista, no rio Tigre, na Turquia, a construção de uma grande barragem, habitualmente denominada de Barragem de Ilisu.

Segundo os dados do *website* oficial do projecto de construção da barragem¹⁰³, sob a autoridade da empresa estatal turca DSI – State Hydraulic Works –, a energia produzida através de estações hidrográficas pretende ser uma energia limpa, que além de não gerar emissões de gases de efeito estufa, é barata e renovável.

A construção desta barragem irá assim impedir, espera-se, as constantes oscilações dos níveis de água – no Inverno dão-se cheias e no Verão o rio

¹⁰³ <http://www.ilisu-wasserkraftwerk.com>

praticamente seca –, irá armazenar água para as regas do cultivo agrícola, bem como água potável.

De acordo com a mesma fonte, está previsto, até 2025, um aumento de 70% do consumo de energia ao nível mundial, provocado especialmente pelos países em desenvolvimento. De modo a colmatar a crescente necessidade de energia, a Turquia decidiu apostar na produção energética através da construção de barragens, que em simultâneo cria uma alternativa às energias não renováveis, e diminui a dependência face ao consumo de petróleo: a barragem de Ilisu irá contribuir com cerca de 3% da produção total de energia do país. Os 19 projectos hidrográficos no Sudeste da Anatólia pretendem criar directa e indirectamente cerca de 3,8 milhões de empregos – efectiva construção da barragem, estradas, pontes, edifícios públicos, cabos de electricidade –, e 10 a 20% resultam da barragem de Ilisu.

Apresentado como uma “alternativa limpa” às centrais nucleares ou de exploração petrolífera, este projecto é, contudo, um dos mais polémicos da actualidade devido às consequências da sua execução: cerca de 400km do Rio Tigre e afluentes irão ser afectados, destruindo os ecossistemas aí existentes, apagando cerca de 200 sites arqueológicos, bem como destruindo a cidade de *Hasankeyf*, desalojando assim milhares de pessoas, como constata a campanha europeia *Stop Ilisu – Save Hasankeyf*.¹⁰⁴ Ainda de acordo com as informações divulgadas pela referida campanha, não foram tidas em consideração alternativas como, por exemplo, a localização da barragem, nem outros métodos de produção de energia renovável.

7.2.1 CUSTOS E FINANCIADORES

A construção da barragem de Ilisu faz parte do projecto de irrigação do Sudeste de Anatólia, que data dos anos 50. Este projecto implica a construção de 22 barragens nos rios Eufrates e Tigre, estando, actualmente, cerca de metade já construídas.

A implementação deste projecto irá atingir montantes na ordem dos 32 mil milhões de dólares americanos. Já o custo financeiro da construção da barragem de Ilisu rondará os 2 mil milhões de euros (1,2 mil milhões para a construção efectiva, e 800 milhões para o realojamento populacional e para a re-localização dos sítios culturais, sendo cerca de 500 milhões financiados por bancos europeus, e o restante conseguido através de bancos turcos¹⁰⁵.

O início da construção da barragem está previsto para 2013, demorará cerca de 7 anos a concluir, a área do reservatório será de 313 km², e no processo 400 km do

¹⁰⁴ Campanha *Stop Ilisu*: <http://m-h-s.org/ilisu>

¹⁰⁵ Todos os dados estão disponíveis em <http://m-h-s.org/ilisu>

rio Tigre serão afectados, sendo que a barragem será construída a cerca de 65km da fronteira com a Síria.

O primeiro esboço do projecto foi anunciado em 1982, mas só em 1997 teve início o seu processo de implementação. Aquando desta implementação estavam envolvidas companhias dos seguintes países europeus: Áustria, Itália, Reino Unido, Suécia e Suíça, que com a sua companhia *Sulzer Hydro* – que foi adquirida posteriormente pela *Austrian VA Tech Hydro* –, liderava o processo. O banco suíço UBS – *Union Bank of Switzerland* – assegurava o financiamento do projecto.

Segundo a campanha Stop Ilisu foram os protestos de organizações da sociedade civil, que fizeram com que algumas companhias abandonassem o projecto, sendo que em 2001 os parceiros britânicos, italianos e suecos¹⁰⁶ já tinham abandonado o projecto, seguidos do próprio UBS, em 2002, por falta de clareza respeitante às consequências sociais e ecológicas do projecto.

Em 2004, o governo turco formalizou uma nova tentativa, com a mesma companhia suíça na liderança de um consórcio que incluía agora também companhias turcas, e contando com o apoio das ECAs da Alemanha, Áustria e Suíça. O UBS foi substituído por diversos bancos europeus que propuseram assegurar o financiamento do projecto. Contudo, e alegadamente após nova pressão da sociedade civil, o banco suíço *Swiss Züricher Kantonalbank* retirou-se do processo, alegando incompatibilidades de princípios de sustentabilidade.

A assinatura do contrato deu-se em Agosto de 2007, assim a barragem iria ser construída por empresas de construção europeias, financiadas por bancos europeus¹⁰⁷ e assegurada por ECAs alemãs, austríacas e suíças¹⁰⁸ apesar dos inúmeros protestos a nível mundial. Estes 3 países acordaram em apoiar o financiamento do projecto da construção da barragem mediante o cumprimento de 153 condições a respeito da protecção ambiental, do realojamento, e da preservação do património cultural. De acordo com os dados da organização *International Rivers*¹⁰⁹ uma avaliação realizada em Maio de 2008 constatou que apenas 5 das 35 condições impostas, relacionadas com os deslocamentos e compensações às populações afectadas, haviam registado progressos.

¹⁰⁶ Balfour Beatty, Italian Impregilo e Skanska, respectivamente.

¹⁰⁷ Na Austria: Bank Austria Creditanstalt Na Alemanha: DekaBank. Em França: Société Générale

¹⁰⁸ Österreichische Kontrollbank AG ÖKB, Euler Hermes, e Schweizerische Exportrisikoversicherung SERV, respectivamente.

¹⁰⁹ www.internationalrivers.org

7.2.2 IMPACTOS DO PROJECTO

As consequências da implementação do projecto da Barragem de Ilisu irão verificar-se ao nível ambiental, sócio-económico e político.

A Turquia, em especial a região entre o rio Eufrates e o rio Tigre, goza de uma enorme biodiversidade. Situada entre a Ásia e a Europa, e bem perto do continente africano, a região onde será construída a barragem Ilisu inclui grutas, pequenas ilhas e penhascos, que criam as condições ideais para a subsistência de animais e plantas. Ao nível ambiental a construção da Barragem de Ilisu irá deixar algumas espécies em risco¹¹⁰:

- **Tartaruga de Carapaça-Mole do Eufrates:** espécie ameaçada ao nível mundial, atinge um comprimento de 1,3 metros. Existindo apenas no rio Eufrates e no rio Tigre, esta tartaruga desova nos bancos de areia no rio, mas, devido à construção de barragens ao longo do rio Eufrates, a sua população tem vindo a diminuir drasticamente naquele local. No rio Tigre a população de tartarugas ainda se encontra intacta, mas está seriamente ameaçada pela barragem de “Ilisu”.
- **Hiena Listrada:** Espécie ameaçada. Esta usa as grutas nas partes mais baixas dos penhascos perto do rio.
- **População de peixes no rio Tigre:** Existem 40 espécies conhecidas nas águas correntes do rio Tigre, das quais cerca de metade são espécies reófilas, i.e., seres vivos adaptados a viver em correntes de águas torrenciais.
- **Álamo do Eufrates:** A existência desta espécie de árvores está confinada ao rio Eufrates e ao rio Tigre. Para brotar, esta espécie de álamo necessita de terrenos arenosos e com cascalho, que se alteram através de sucessivas inundações.

Além do impacto nas espécies animais, irão existir também consequências no meio aquático. Ainda de acordo com os dados fornecidos pela campanha Stop Ilisu, os ecossistemas do rio Tigre e os afluentes tais como o Botan e o Batman irão ser destruídos pela barragem ao longo de cerca de 400km. Isto irá acontecer de duas maneiras: primeiro, através do represamento acima da barragem, onde os rios iriam ser transformados em reservatórios, e em segundo, através do recrudescimento abaixo da barragem. Está previsto que a Ilisu seja uma potente central energética e

¹¹⁰ Dados recolhidos pela campanha Stop Ilisu: <http://m-h-s.org/ilisu>

visto isto, diariamente, quando forem necessárias grandes quantidades de electricidade nas cidades e regiões industrializadas, prevê-se que a água será “libertada” num recrudescimento súbito. Isto significa que na maior parte do dia apenas um fio de água irá fluir da central energética, enquanto que em picos diários, o nível de água irá ultrapassar os 7 metros. Este padrão de drenagem artificial é mortífero para toda a espécie animal; dificilmente qualquer animal aquático/fluvial se poderá adaptar a inundações diárias.

Finalmente, os especialistas da Instituto Federal Suíço da Tecnologia (ETH) em Zurique projectaram que a água abaixo da barragem seria cerca de 10 graus mais fria do que actualmente, fortemente poluída e pobre em oxigénio. A população e a vida selvagem a jusante irão ser alvo de uma inundação diária de água poluída, fria e sem oxigénio, o que levará às seguintes consequências:

- Perda de raros habitats fluviais;
- Perda de espécies ameaçadas;
- Diminuição da população das plantas e animais nas planícies inundadas/prados inundados;
- Erosão do leito e das margens do rio;
- Redução do lençol freático a jusante da barragem;
- Sedimentação e eutrofização no reservatório apesar dos esgotos já planeados;
- Água sem oxigénio e de baixa qualidade no reservatório, que leva à libertação de gases de efeito estufa;
- Pior qualidade da água para a população.

Alegadamente, apenas 20km do Tigre foram explorados, não sendo assim possível conhecer de facto a maioria do que se irá destruir¹¹¹. Além disso, segundo a campanha Stop Ilisu, também não foi executado qualquer EIA nem estudadas novas alternativas para a produção energética.

Quanto aos impactos ao nível sócio-económico, estes também assumem várias formas. Os números revelados pelas autoridades oficiais, a respeito do volume de

¹¹¹ Campanha Stop Ilisu: <http://m-h-s.org/ilisu>

habitantes que será afectado directa ou indirectamente, varia entre os 54 000 e os 78 000. A construção da barragem levará à separação de comunidades, que será deslocada para o espaço urbano, deitando por terra a possibilidade de manter os seus costumes e tradições. Como atesta um relatório¹¹² a população afectada é maioritariamente curda e irá ser realojada nas cidades de Batman e Diyarbakir, cidades já sobre-populadas, de facto a população nestas cidades duplicou em menos de 8 anos, devido a realojamentos causadas por conflitos e pela construção de barragens, levando, deste modo, ao aumento do desemprego e da pobreza.

Um outro impacto prende-se com as compensações oferecidas pela DSI (*State Hydraulic Works*) que representam cerca de metade do valor pago por propriedades naquela área, o que impede os seus habitantes de “começar de novo”. Toda a população apresentou queixas ao Tribunal de Primeira Instância, cuja decisão não reflectiu, ainda, o real valor das propriedades perdidas. Praticamente todas as famílias recorreram ao Tribunal de Recurso. Mas também o DSI recorreu aos tribunais, considerando que as compensações exigidas eram demasiadas elevadas. É de salientar, também, que os custos que advêm dos processos dos tribunais rondarão os 10-15% do valor das compensações, que terão de ser pagas pelos próprios queixosos. O que leva a população a aceitar as compensações e não o realojamento, é o facto de o realojamento oferecido se localizar em terrenos áridos e rochosos, onde não teriam acesso ao seu modo tradicional de subsistência.

No que concerne às consequências ao nível político da construção da barragem, estes verificam-se não só internamente como também nas relações da Turquia com outros países. Ao longo da guerra com o Partido Trabalhista Curdo (PKK), foram desocupadas, pelas forças de segurança, aproximadamente 3.500 aldeias e aldeolas – praticamente metade da população rural curda¹¹³. Segundo dados fornecidos pela campanha à larga maioria dos estimados 2,5 milhões de desalojados não foi atribuída qualquer tipo de provisão, tendo sido deslocadas para a região de Diyarbakir. A acção das forças de segurança foi censurável – raptos, torturas, violações, homicídios de civis, incluindo mulheres e crianças – e levou a UE a condenar a Turquia por “graves e repetidas violações dos direitos humanos”.

A construção da barragem não cumpre, de igual modo, a lei respeitante ao uso de cursos de água internacionais não-navegáveis da Convenção das Nações Unidas. De acordo com esta lei, os países afectados a jusante do rio (abaixo da barragem,

¹¹² Relatório disponível online no website <http://www2.weed-online.org>

¹¹³ Segundo artigo de David McDowall, 2008, *Ilisu: the economic and political context*, acessível online em www.ilisu.org.uk

portanto), que são, neste caso, Síria e Iraque deveriam ter direito à participação no projecto. Estes países, que serão afectados pelas actividades realizadas a nascente do rio não foram, no entanto consultados, embora protestem explicitamente contra a construção da barragem.

Ao nível europeu, o panorama vivido tem vindo a provocar, ao longo dos anos o adiamento da adesão da Turquia como Estado-Membro da União Europeia, devido, principalmente, à repressão da identidade curda e a sua marginalização económica. Com a efectiva adesão da Turquia à UE, esta irá enfrentar dois riscos: constantes e violentos episódios resultantes da instabilidade política turca, e o fluxo inevitável de migrantes curdos para a UE.

7.2.3 INCUMPRIMENTOS E INCONGRUÊNCIAS

De acordo com informação acima exposta, a construção da Barragem de Ilisu e os consequentes efeitos colaterais revelam o incumprimento de compromissos assumidos anteriormente, a saber:

- A **Convenção das Nações Unidas** sobre o uso de vias marítimas transfronteiriças para fins não-navegacionais (*UN Convention on the Non Navigational Uses of Transboundary*);
- A **Convenção da UNECE** (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa) sobre a Avaliação do Impacte Ambiental num Contexto Transfronteiriço devido à inexistência de consulta do Iraque e da Síria no que respeita aos impactos transfronteiriços;
- A **Política Operacional do Banco Mundial** sobre Projectos em Vias Marítimas Internacionais e no Procedimento em Projectos em Vias Marítimas Internacionais, pelo incumprimento das obrigações de notificar as nações a jusante, assim como pelo incumprimento das políticas operacionais no realojamento involuntário, avaliação ambiental, habitats naturais, e herança cultural;
- As **Recomendações da OCDE sobre uma Abordagem Comum** relativas ao Apoio Oficial dos Créditos à Exportação;
- A **Convenção Europeia sobre os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais** (assinada pela Turquia em Maio de 1954) – especialmente os

pontos que protegem os indivíduos contra a expropriação injusta de propriedade;

- **A Promoção da Parceria da União Europeia entre a União Europeia e a Turquia.**

Existem também várias incongruências nos requisitos e padrões tidos em consideração pelos Estados-Membros da UE, relativamente a projectos realizados em território interno e externo à UE. Aqui encontram-se alguns exemplos:

- O **artigo 6º do Tratado de Nice da União Europeia**, que expõe que a criação da União Europeia está baseada nos princípios de liberdade, democracia, respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais;
- A **Directiva Europeia 97/11/CE** sobre a avaliação dos efeitos de certos projectos públicos e privados no ambiente (Directiva EIA);
- A **Directiva Europeia 2001/42/CE** sobre a avaliação dos efeitos de certos planos e programas no ambiente (Directiva SEA);
- A **Directiva Europeia 2003/35/CE** que prevê a participação pública no que diz respeito à elaboração de determinados planos e programas relacionados com o ambiente;
- A **Directiva Europeia 2000/60/CE** que estrutura a acção comunitária no campo da política da água (*Water Framework Directive*) – especificamente no que diz respeito à cooperação transfronteiriça;
- A **Directiva Europeia 92/43/CEE** sobre a Conservação dos habitats naturais e da vida selvagem e flora.

Um enorme esforço em sido levado a cabo por várias campanhas e ONGs por todo o mundo, demonstrando que a questão da construção da barragem de Ilisu não é só um problema turco, mas sim mundial. De acordo com as ONGs envolvidas este projecto é apenas mais um exemplo de uma clara violação dos Direitos Humanos, Sociais e Ambientais, que têm sido levadas a cabo, especialmente em países em desenvolvimento, com o apoio e patrocínio de países europeus, considerados desenvolvidos, que em território nacional apregoam o respeito e cumprimento de todas as normas de salvaguarda. Lamentavelmente, por interesses económicos, esses «valores» são esquecidos em países menos desenvolvidos, e não aplicáveis aos

cidadãos desses mesmos países. Além da efectiva construção da barragem acarretar, os já mencionados, problemas no próprio país, também coloca a Turquia cada vez mais longe do projecto europeu – União Europeia. Com a distanciação dos padrões da União Europeia e da Recomendação de 2007 da OCDE, e também com a violação de inúmeras leis e políticas internacionais, incluindo a Convenção Europeia para os Direitos Humanos, os requisitos necessários para a adesão não estão a ser alcançados.

Em Janeiro de 2009 as ECAs alemã, austríaca e suíça suspenderam as garantias para o projecto da Barragem de Ilisu, emitindo uma declaração conjunta afirmando que o projecto não cumpre os requisitos mínimos do Banco Mundial. A suspensão durou 180 dias, de modo a permitir à Turquia ir ao encontro das condições impostas, tendo como prioridades as questões ao nível ambiental, cultural e de realojamento.

Em Julho confirmou-se a retirada das três ECAs, devido ao incumprimento dos padrões do Banco Mundial. Apesar de terem perdido o apoio das ECAs e consequentemente o apoio das instituições bancárias para as empresas exportadoras envolvidas, as entidades turcas afirmaram que irão dar seguimento à implementação do projecto da Barragem de Ilisu.

De acordo com as ONGs em Dezembro existiam informações que apontam para um futuro envolvimento da China neste projecto, colmatando a lacuna deixada pela retirada das ECAs europeias. Esta possibilidade representa um retrocesso para a população afectada pelo projecto e para a sociedade civil internacional, em grande parte por ser considerado um país que tradicionalmente negligencia os padrões ambientais.

CONCLUSÃO

As ECAs representam uma parcela de extrema importância no que respeita à estrutura do sistema financeiro internacional, visto que a larga maioria dos países industrializados têm, pelo menos, uma ECA. O principal fundamento para a sua existência centra-se no facto de estas apoiarem as exportações nacionais, impulsionando o potencial exportador das empresas. Além deste motivo que justifica a existência das ECAs, também é de salientar que estas colmatam as imperfeições dos mercados financeiros ao apoiarem exportações que têm como destino países considerados de risco; concedem assistência a médio e a longo-prazo em oposição às tradicionais agências de crédito; contribuem de forma directa e indirecta para o desenvolvimento económico e social quer para os países exportadores, quer para os países importadores. O apoio que as ECAs concedem às empresas consiste na cobertura de riscos com garantia do Estado, o que resulta no incentivo aos empréstimos por parte das instituições bancárias. Deste modo, o banco estará sempre protegido contra o facto de perder dinheiro.

A actividade das ECAs é alvo, além da regulação interna, da regulamentação internacional levada a cabo pela OCDE, visando a harmonização das políticas no que refere à concessão de créditos à exportação com apoio oficial nos países Membros¹¹⁴.

O documento mais importante neste âmbito é o designado “Acordo”, cuja última revisão data de 2009, e que conta com a participação de 20 países da OCDE, denominados “Participantes”. Este “acordo entre cavalheiros” abrange todos os créditos à exportação com apoio oficial a longo-prazo, i.e., 2 anos ou mais.

Reconhecendo a importância das políticas de apoio aos créditos à exportação, o Conselho da OCDE publicou em 2001 a Recomendação sobre uma Abordagem Comum, com o objectivo de uniformizar as políticas e práticas dos Estados-Membros da OCDE, com enfoque na questão ambiental. A última revisão data de 2007 onde se viram reforçados os requisitos de índole ambiental para a atribuição do apoio oficial.

Na Recomendação está presente que os projectos devem ser categorizados em três tipos – A, B e C – de acordo com os potenciais impactos ambientais. De forma resumida, os projectos classificados de Categoria A são os que revelam potencial para provocar significativos e adversos impactos ambientais. A esta categoria de projectos é solicitada a realização de um EIA. No que respeita à Categoria B esta engloba os projectos cujos impactos negativos são menos significativos do que os de Categoria A.

¹¹⁴ GIANTURCO, Delio E., (2001), *Export Credit Agencies, The Unsung Giants of International Trade and Finance*, Quorum Books.

Já a Categoria C contém os projectos dos quais não se prevêem impactos negativos relevantes, se existirem alguns.

A Comunidade Europeia desempenha um papel de relativa importância no âmbito da harmonização das políticas de apoio aos créditos à exportação, estando isto patente através da Directiva de 98, que se baseia, de forma alargada, nas disposições da OCDE.

O Banco Mundial é, a este nível, um actor extremamente importante, dado que a sua actividade tem como objectivo o combate à pobreza. As 10 Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial são as mais rigorosas ao nível internacional, tendo vindo a servir de modelo para a identificação, preparação e implementação de programas e de projectos.

De acordo com o estudo do FMI¹¹⁵ tem-se verificado um decréscimo dos créditos à exportação com apoio oficial, comparativamente com o total de bens exportados. No entanto, o sector privado está limitado a certos mercados como os países considerados de risco, projectos de grandes dimensões e créditos a longo-prazo.

O documento divulgado pela OCDE, com informações sobre projectos de Categoria A e de Categoria B expostos em 2007¹¹⁶, conta com a participação de 21 ECAs e com informações de 130 projectos de Categoria A e de Categoria B, num volume total de 9.87 mil milhões de SDR, i.e., actualmente 11.05 mil milhões de Euros. Em valores absolutos é a ECA da Alemanha que se destaca tendo participado em 30 projectos – 6 de Categoria A e 24 de Categoria B -, seguida pela Itália com 13 projectos – 2 de Categoria A e 11 de Categoria B. Já no que refere aos montantes envolvidos a situação revela-se um pouco diferente: a Coreia apresentou o valor mais elevado – 2.07 mil milhões de SDR -, e a Alemanha situa-se na posição seguinte com 1.79 mil milhões de SDR.

Segundo este documento da OCDE, em 2007, os projectos de Categoria A situavam-se em 20 países, e os de Categoria B em 36. A Turquia foi o país que registou o maior número de projectos de Categoria A no seu território, contabilizando 5, seguida pela Índia com 4. No que respeita aos montantes envolvidos, por país anfitrião, foi a Arábia Saudita que claramente se distanciou registando valores na ordem dos 2.38 mil milhões SDR – a Índia registou os segundos valores mais altos com 797 milhões SDR. Quanto aos projectos de Categoria B estes verificaram-se em maior número e registaram os valores mais elevados, por esta ordem, na Federação

¹¹⁵ MANSILLA, M.; KIKUCHI, Y.; CHOUNDHURRY, S. - Officially Supported Export Credit in a Changing World. Fundo Monetário Internacional, 2005.

¹¹⁶ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT00007FFE/\\$FILE/JT03261668.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT00007FFE/$FILE/JT03261668.PDF)

Russa – 20 projectos, 1.12 mil milhões SDR-, Turquia – 9 projectos, 501 milhões SDR. Quanto à análise por sector a partir dos relatórios apresentados pelas ECAs, pode-se observar que os projectos de Categoria A centram-se em 2 sectores – Manufatura e Energia –, e que os projectos de Categoria B se focam especialmente no sector da Manufatura.

Ainda com base nas informações cedidas pelas ECAs, para todos os 36 projectos de Categoria A foram realizados os respectivos EIA. No caso dos projectos de Categoria B apenas 18, dos 94 projectos, foram alvo de EIA.

Um outro documento da autoria da OCDE com relativa importância a este nível é a “Análise sobre a Reacção dos Estados-Membros à Recomendação de 2007”¹¹⁷. Desta publicação são de salientar as seguintes conclusões: todas as ECAs recorrem a três categorias de classificação de projectos; a maioria dos sistemas de avaliação ambiental das ECAs-Membros parece estar em conformidade com o disposto na Recomendação; o tipo de padrões internacionais para a avaliação de um projecto varia de Membro para Membro.

Apesar destas declarações por parte das ECAs a opinião pública, motivada por vários exemplos de projectos polémicos, não é a mais favorável, questionando o rigor e a imparcialidade das suas actividades. Actualmente o projecto mais controverso é o da Barragem de Ilisu, na Turquia. Este projecto, que contava com a participação de ECAs da Alemanha, Suíça e Áustria, tem vindo a ser alvo de contestação por parte de ONGs de todo o mundo, pelas alegadas violações dos direitos humanos, ambientais e culturais, bem como o desrespeito pelas directivas comunitárias e pelos compromissos anteriormente estabelecidos.

É incontestável a importância das ECAs no seio do sistema financeiro internacional, que ao apoiarem o potencial exportador das suas empresas, contribuem para o desenvolvimento económico e social, quer no país de origem das exportações quer no país de destino. No entanto, aos olhos da opinião pública, o caminho que as ECAs têm vindo a percorrer no sentido da harmonização das políticas decorrentes das suas actividades, é ainda insuficiente e as informações sobre os projectos são, por vezes, escassas e pouco claras, levantando a questão da legitimidade no recurso a dinheiros públicos.

¹¹⁷ [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT0000B11E/\\$FILE/JT03266005.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT0000B11E/$FILE/JT03266005.PDF)

ANEXO

Membros da OCDE	Agências de Crédito à Exportação
Alemanha	<u>Euler Hermes</u>
Austrália	<u>Export Finance and Insurance Corporation (EFIC)</u>
Áustria	<u>Oesterreichische Kontrollbank AG (OeKB)</u>
Bélgica	<u>Office National du Ducroire/Nationale DelcredereDienst (ONDD)</u>
Canadá	<u>Export Development Canada (EDC)</u>
Coreia	<ul style="list-style-type: none"> – <u>Korea Export Insurance Corporation (KEIC)</u> – <u>The Export-Import Bank of Korea (KEXIM)</u>
Dinamarca	<u>Eksport Kredit Fonden (EKF)</u>
Espanha	<u>Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación</u>
EUA	<u>Export-Import Bank of the United States (Ex-Im Bank)</u>
Finlândia	<u>Finnvera Oyj</u>
França	<u>Compagnie française d'Assurance pour le commerce extérieur (COFACE)</u>
Grécia	<u>Export Credit Insurance Organisation (ECIO)</u>
Holanda	<u>Atradius</u>
Hungria	<ul style="list-style-type: none"> – <u>Hungarian Export Credit Insurance Ltd (MEHIB)</u> – <u>Hungarian Export-Import Bank</u>
Irlanda	

Islândia	
Itália	<u>Sezione Speciale per l'Assicurazione del Credito all'Esportazione (SACE)</u>
Japão	<ul style="list-style-type: none"> – <u>Nippon Export and Investment Insurance (NEXI)</u> – <u>Japan Bank for International Cooperation (JBIC)</u>
Luxemburgo	<u>Office du Ducroire (ODD)</u>
México	
Noruega	<u>The Norwegian Guarantee Institute for Export Credits (GIEK)</u>
Nova Zelândia	<u>Export Credit Office (ECO)</u>
Polónia	<u>Korporacja Ubezpieczeń Kredytów Eksportowych (KUKE)</u>
Portugal	<u>Companhia de Seguro de Créditos (COSEC)</u>
Reino Unido	<u>Export Credits Guarantee Department (ECGD)</u>
República Checa	<u>Export Guarantee and Insurance Corporation (EGAP)</u>
República Eslovaca	<u>Export-Import Bank of the Slovak Republic (Eximbank SR)</u>
Suécia	<u>Exportkreditnämnden (EKN)</u>
Suiça	<u>Swiss Export Risk Insurance (SERV)</u>
Turquia	<u>Export Credit Bank of Turkey (Türk Eximbank)</u>

Fonte: OCDE

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL, *Safeguard Policies*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:
<URL:<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/PROJECTS/EXTPOLICIES/EXTSAFEPOL/0,,menuPK:584441~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:584435,00.html>>

CATERMOL, Fabrício – “Agências de Crédito à Exportação: O Papel de Instituições Oficiais no Apoio à Inserção Internacional de Empresas.” *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro. Vol. 15, N. 30 (2008), p. 5-38. Disponível em WWW:
<URL:http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3001.pdf>

COUNCIL DIRECTIVE 98/29/EC. *Official Journal of the European Communities*. (98-05-19). [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:
<URL: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2005/february/tradoc_111158.pdf>

ECA-WATCH, *Problems with ECAs: An Overview*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.eca-watch.org/problems/index.html>>

GIANTURCO, Delio E. - *Export Credit Agencies, The Unsung Giants of International Trade and Finance*. Quorum Books, 2001.

ILISU-WASSERKRAFTWERK.COM, *The Project*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.designconsult.com/ilisu/page.php?modul=HTMLPages&pid=34>>

Jakarta Declaration for Reform of Official Export Credit and Investment Insurance Agencies, 1-7 Maio 2000. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em WWW:
<URL: <http://www.eca-watch.org/multilang/portuguese/jakartadec-portuguese.html>>

KNIGGE, Markus. [et al.] *The Use of Environmental and Social Criteria in Export Credit Agencies' Practices*, Fundo Monetário Internacional, 1 Junho 2003. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:
<URL:http://ecologic.eu/download/projekte/1800-1849/1809/1809wcd_ecas_en.pdf>

MANSILLA, M.; KIKUCHI, Y.; CHOUNDHURRY, S. - *Officially Supported Export Credit in a Changing World*. Fundo Monetário Internacional, 2005.

OCDE, *Arrangement on Guidelines for Officially Supported Export Credits*, 5 Agosto 2009.

[Consult. Agosto 2009]. Disponível em WWW:

<URL: [http://www.oilis.oecd.org/oilis/2009doc.nsf/LinkTo/NT00004C12/\\$FILE/JT03268495.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2009doc.nsf/LinkTo/NT00004C12/$FILE/JT03268495.PDF)>

OCDE, *Country Classification 2009*, 29 Julho 2009. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em

WWW: <URL: <http://www.oecd.org/dataoecd/32/48/43407491.pdf>>

OCDE, *Country Risk Classifications of the Participants to the Arrangement on Officially Supported Export Credits*, 29 Janeiro 2010. [Consult. Janeiro 2010]. Disponível em WWW:

<URL: <http://www.oecd.org/dataoecd/47/29/3782900.pdf>>

OCDE, *Export Credits and The Environment: Information on Category A e Category B Projects Reported for 2007*, 20 Março 2009. [Consult. Abril 2009]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT00007FFE/\\$FILE/JT03261668.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT00007FFE/$FILE/JT03261668.PDF)>

OCDE, *Export Credits and The Environment: 2008 Review of Members' Responses to The Survey on The Environment and Officially Supported Export Credits*, 4 Julho 2009. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT0000B11E/\\$FILE/JT03266005.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2008doc.nsf/LinkTo/NT0000B11E/$FILE/JT03266005.PDF)>

OCDE, *Recommendation on Common Approaches on Environment and Officially Supported Export Credits*, 17 Dezembro 2001, [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.oilis.oecd.org/oilis/2000doc.nsf/LinkTo/NT00002EE2/\\$FILE/JT00118574.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2000doc.nsf/LinkTo/NT00002EE2/$FILE/JT00118574.PDF)>

OCDE, *Recommendation on Common Approaches on Environment and Officially Supported Export Credits*, 12 Junho 2007. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:

<URL:[http://www.oilis.oecd.org/oilis/2007doc.nsf/LinkTo/NT00002B8E/\\$FILE/JT03228987.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2007doc.nsf/LinkTo/NT00002B8E/$FILE/JT03228987.PDF)>

OCDE, *The Participants to the Export Credit Arrangement*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:

<URL: http://www.oecd.org/document/43/0,3343,en_2649_34169_1844765_1_1_1_1,00.html>

OCDE, *The Export Credit Group (ECG)*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <URL:

http://www.oecd.org/document/24/0,3343,en_2649_34169_1844760_1_1_1_1,00.html>

STOP ILISU-SAVE HASANKEYF, *Ilisu will cause an ecological disaster! An enormous diversity of species is threatened!*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW:

<URL: http://m-h-s.org/ilisu/front_content.php?idcat=126>

STOP ILISU-SAVE HASANKEYF, *Human Rights don't count, Is German and Austrian tax money supporting forced resettlement*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <URL: http://m-h-s.org/ilisu/front_content.php?idcat=127>

STOP ILISU-SAVE HASANKEYF, *The dam provokes political conflict*. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em WWW: <URL:http://m-h-s.org/ilisu/front_content.php?idcat=125>

VERSÃO CONSOLIDADA DO TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA E DO TRATADO QUE INSTITUI A COMUNIDADE EUROPEIA, Jornal Oficial da União Europeia. (2006-12-29). [Consult. Janeiro de 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:321E:0001:0331:PT:pdf>>